

SESSÕES DO PLENÁRIO

38ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 09 de maio 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO FABRÍCIO FALCÃO (3º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosenberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Deputado Gika Lopes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão dos dias 26 e 27/04/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- (Lê) “*Requerimento*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do estado da Bahia.

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser

iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 22.189/2017 e o Projeto de Lei 22.190/2017, de autoria do Poder Executivo.”

Está convocada na forma regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o primeiro orador inscrito, pelo tempo de até 5 minutos, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, até que enfim, hoje, Targino não quer derrubar a sessão. Mas quero, presidente, neste momento, registrar aqui a minha indignação pela postura desse juiz que virou político, o juiz Moro, que virou um ditador e que está querendo mandar no Brasil da forma que está. Nós não estamos entendendo o que está acontecendo. Soltou vídeo nas redes sociais pedindo que o povo, principalmente quem o apoia, não fosse para Curitiba, proibiu a gravação do depoimento do presidente Lula. Realmente é uma verdadeira ditadura o que está acontecendo.

Junto com uma juíza que é militante antipetista... está aqui no Face dela comemorando e participando de ações contra o PT. Proibiu, hoje, as manifestações em Curitiba, eles estão lá aprontando e se desmoralizando porque Curitiba está sendo tomada pelos movimentos sociais. A Dr^a Diele Zydek, que é militante política e proibiu que as manifestações acontecessem em Curitiba, está tomando de 1 a 0 dos movimentos porque Curitiba está sendo ocupada. Hoje, pela manhã, já foi inaugurado o acampamento organizado pelo MST, que também se manifesta em memória do Antônio Tavares Pereira, um militante do movimento morto há 17 anos. E essa bonitinha, essa Dr^a, lá, essa juíza, junto com o prefeito de Curitiba, querem impedir as manifestações.

Mas nós não temos dúvidas de que Curitiba vai ser ocupada independentemente da posição do Sr. Moro, dos seus vídeos na TV pedindo que o povo não se manifeste. Vamos ocupar, é um direito da população, dos movimentos sociais, e nós não vamos aceitar esse absurdo que eles querem praticar.

Gostaria de ler aqui, Sr. Presidente, a nota da Frente Brasil Popular do Paraná sobre as coisas que estão acontecendo lá.

(Lê) “A Frente Brasil Popular Paraná – organização que agrega diferentes movimentos sociais e setores da sociedade – repudia a decisão do prefeito Rafael Greca e da juíza Diele Denardin Zydek, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, em impedir a instalação em Curitiba do acampamento que receberá as centenas de caravanas que virão para o depoimento do ex-presidente Lula, no dia 10 de maio. A medida é uma forma de criminalização dos movimentos sociais porque busca impedir a vinda pacífica e democrática de milhares de pessoas que buscam debater os rumos da democracia entre os dias 9 e 10 de maio, os atuais ataques contra os

direitos sociais pelo governo Temer, assim como o papel, hoje, político cumprido pelo Judiciário.

Não conseguirão. As caravanas e as atividades serão feitas, lutadoras e lutadores sociais serão bem acolhidos pelas entidades sociais, e o momento será de muito debate e reflexão com juristas e advogados renomados, artistas, vigílias inter-religiosas e debates políticos.

Curitiba recebeu as Diretas Já!, tem também cultura crítica e milhares de pessoas preocupadas com a preservação dos direitos e contrárias à sua violação. Esperamos que a vinda das caravanas, o direito de ir e vir e a liberdade de manifestação sejam respeitados nos próximos 3 dias. Em nossas mãos, temos a organização popular, que sempre abre caminhos.”

Então isso é uma demonstração de que não dá pra cumprir decisão arbitrária, seja de quem for. O povo é sábio, o povo é soberano, sabe dos seus direitos. O Brasil está acordando para este momento de dificuldade que a gente está vivendo e não aceita os absurdos, as arbitrariedades, a parcialidade desse juiz, que agora virou político e quer disputar com Lula e vai perder. Porque Lula já disse que vai derrotar o candidato da Globo e vai derrotar também Moro, se for ele o candidato.

Queria chamar a atenção desta Casa: quem puder ir a Curitiba amanhã, que vá também engrossar as fileiras desse movimento importante para a vida do povo brasileiro. Nós temos que defender o resgate e a manutenção da democracia que foi instituída nesse país depois de muita luta, de muita dureza e muito esforço.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Alex Lima, pelo tempo de 5 minutos, e depois o deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos. Com a palavra o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, telespectadores que nos assistem pela *TV Assembleia*.

Quero, presidente, inicialmente registrar em meu nome a minha solidariedade pelo falecimento do pai da deputada Maria del Carmen, pedir que as nossas orações confortem a nossa querida colega e toda a sua família. E dizer, presidente, para contrariar o meu querido amigo, o grande jornalista Tasso Franco, que diversas vezes tece, aqui, críticas justas sobre assuntos que são de competência do governo federal, da Câmara dos Deputados, enfim, do Congresso Nacional... Muitas vezes, a Assembleia entra nesses temas, mas, nesse caso, é uma situação que impacta diretamente toda uma classe. Eu me refiro ao julgamento pela constitucionalidade, Sr. Presidente, da cobrança do Funrural, um imposto pago pelos produtores de gado.

O deputado Robinho, que é empresário do setor, deputado Fábio Souto, enfim, diversos deputados que representam as regiões produtivas do nosso Estado... Não

bastasse a autorização para a cobrança da alíquota de 2,1% desse imposto, ficou entendido, na realidade, deputado Robinho, que essa cobrança pode ser feita retroativamente aos últimos 5 anos, como a cobrança de qualquer tributo.

Acontece que essa insegurança jurídica... a discussão desse tema pode ser a punhalada final para os produtores rurais do nosso país e, por consequência, do estado da Bahia, que já sofre com a falta de crédito rural para atender às necessidades desses produtores, que sofrem, no caso da Bahia, com a pior seca dos últimos 100 anos, que sofrem com as estradas ruins, que sofrem com os produtos que são utilizados pelos segmentos que tiveram alta expressiva, que sofrem com a crise econômica que não tem permitido, deputado Robinho, que o preço da carne acompanhe os custos de produção. E agora essa situação de cobrança de mais um imposto que, definido pelo Supremo Tribunal Federal como constitucional, já vem sendo praticado, que muitas vezes representa o próprio ganho do produtor, porque é preciso desenvolver uma pecuária extremamente redonda, deputado Fábio Souto, para ela dar 2% de resultado. Ou seja, é uma situação gravíssima, é uma situação, como eu disse no início do pronunciamento, que não cabe a esta Casa legislar, mas cabe, sim, como agentes públicos, que consigamos levar à imprensa, ao Congresso Nacional, às autoridades competentes para fazer essa discussão.

Não podemos fazer de conta que esse tema, simplesmente por não ter sido votado nesta Casa, não ser objeto de uma legislação estadual, deixa de impactar, de influenciar e de atrapalhar um segmento da economia tão importante, que gera emprego, que gera renda e que tem sofrido muito nos últimos anos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, preocupado porque Luiza Maia está instigando o povo a ir a Curitiba amanhã, e ela vai aproveitar para fazer uma visita a Palocci e a João Vaccari Neto. Levem uma carteirinha de cigarro para cada um. Senhores que nos assistem pela *TV Assembleia*, aleluia que hoje terá sessão e poderemos falar, vamos poder discursar.

Queridos deputados, queridas deputadas, (Lê) “Pessoas do Sul do País costumavam dizer, aparentemente em tom de brincadeira, mas na verdade em uma clara demonstração de preconceito, que as coisas na Bahia andavam em três ritmos: devagar, a la Jacques Wagner; quase parando; e Caymmi. Nesse último caso, referência a uma suposta preguiça do baiano Dorival, cujo ritmo de produção foi de praticamente uma canção composta por ano: em 94 anos de vida, compôs apenas 112 canções. Não por preguiça, mas como um traço perfeccionista de sua personalidade. São 112 canções, mas 112 obras-primas. E estão aí, é bom lembrar: “Você já foi à Bahia”, “A lenda do Abaeté”, “Só louco”, “O que é que a baiana tem?”, “Maracangalha”, “Oração da Mãe Menininha” e “Rosa Morena”, e outras para provar o seu talento.

Na verdade, se tivermos que escolher um termo para designar um ritmo mais lento que “devagar”, mais lento que “quase parando”, esse termo seria “governo do PT”.

Vamos aos fatos: anunciado com foguetório e banda de música em 2011 – com a presença do Líder do Governo Zé Neto – no início do segundo mandato do governador Jaques Wagner, que foi a Feira de Santana, anunciou a construção, pela Universidade Estadual de Feira de Santana, de um ambulatório na área do Centro Social Urbano, no bairro Cidade Nova, só ficou pronto 5 anos depois.

E acreditem, senhores deputados e deputadas, a obra está pronta há mais de 1 ano. Mas não funciona. O prédio, construído para ser um moderno ambulatório destinado ao aprendizado dos alunos do curso de medicina e também para atender a população, tão carente de serviços de saúde, continua fechado.

Até hoje, nenhum equipamento foi comprado. Não compraram sequer uma cadeira, um simples banco de madeira, onde pudéssemos sentar para esperar o dia em que o povo baiano terá um governo de verdade.

E antes que me digam que esse é um fato isolado, que é um ponto fora da curva, direi que a mesma coisa acontece com o Centro de Convenções de Feira de Santana, até hoje não concluído. Acontece também com a Feira de São Joaquim, em Salvador. E acontece com a menina dos olhos dos governos petistas: o Porto Sul, em Ilhéus, cantado em prosa e verso na propaganda oficial, mas que, passados tantos anos, não passa de uma mera ideia, pois nem sequer projeto tem.

Uma coisa é o mundo de sonhos da propaganda oficial do PT. Outra coisa é a realidade nua e crua. No real, a correria do governo é mais lenta que devagar, e ainda mais lenta que quase parando.”

Esse é o modo de governar do PT.

Saudações e muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Depois do nobre deputado de Feira de Santana, com a palavra o nobre deputado Fábio Souto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Fabrício, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, eu também queria transmitir os meus sentimentos à deputada Maria del Carmen pelo falecimento do seu pai. Leve contigo os nossos sentimentos nesse momento de tristeza para você e toda a sua família.

Mas Sr. Presidente, eu queria, aqui, iniciar dizendo que estive no mês passado no Sul e no Extremo Sul da Bahia, visitando algumas cidades, e tive a oportunidade de passar pela estrada de Itagimirim, saindo da divisa, uma estrada importantíssima para o escoamento da produção do norte de Minas para o Extremo Sul da Bahia, para a ida de turistas para cidades como Porto Seguro, Nova Viçosa, Prado, e encontramos aquela estrada completamente destruída, eu diria intransitável.

Eu vejo aqui alguns deputados do Extremo Sul da Bahia que conhecem aquela região e eu posso dizer que aquela estrada acabou. Uma estrada de extrema importância para aquela região, que ligava a BR-101, especificamente saindo na cidade de Itagimirim, que levava à uma região chamada Sal da Divisa, ligando o Extremo Sul da Bahia a várias cidades do norte de Minas Gerais, e infelizmente o que eu pude ouvir dos produtores rurais e comerciantes é o completo desespero pela incapacidade de transitar naquela estrada, pela agonia do setor hoteleiro da região de Porto Seguro. Os turistas que vão a Porto Seguro já chegam lá reclamando do estado daquela estrada e dos sucessivos assaltos que estão acontecendo na estrada que faz divisa com Itagimirim. Constantemente carros pequenos, caminhões, camionetes, carros comerciais estão sendo assaltados naquela estrada devido a absoluta falta de trafegabilidade daquela estrada. Para os senhores terem uma ideia, os carros estão passando com 20, 30 quilômetros em vários trechos daquela estrada pela total destruição desse instrumento tão importante para a região do Extremo Sul da Bahia e para o norte de Minas Gerais.

Outra estrada que observamos em péssimo estado de conservação também, quase destruída, é a que liga Santa Luzia a Canavieiras. Esse trecho, há muito tempo, vem mostrando que a cada ano suas condições pioram, mas, neste ano, com as chuvas, a estrada ficou quase completamente destruída, deputado Targino. Isso ocasiona assaltos, roubos a caminhões, enfim, levando a cidade de Canavieiras a uma situação bastante difícil também, já que é uma cidade turística, além de ter o trânsito da agricultura, da pecuária, da produção em geral naquela estrada, prejudicando ainda o município de Canavieiras no que se refere ao trânsito de turistas.

Outra questão, Sr. Presidente, vou ser breve porque o meu tempo está acabando, mais uma vez quero lembrar ao governo do Estado a questão do Centro de Convenções. Há 2 anos e meio, quase 3 anos de governo, e o governo ainda não definiu a situação do nosso Centro de Convenções, onde vai ser realizado, quando vai ser realizado, como vai ser realizado. Essa obra, não tenho dúvida nenhuma, vem prejudicando muito o turismo da nossa capital e do Estado. Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez volto a esta tribuna, com todo o respeito, para cobrar do governador uma providência. Que reconstrua ou construa um novo Centro de Convenções em nossa capital, já que Salvador está sendo muito prejudicada com a falta de um centro de convenções adequado para a nossa capital.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles por 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, imprensa, muitas vezes, os deputados da Base do Governo podem imaginar que deputados de Oposição, em particular eu, só sobem à tribuna para fazerem críticas ao governo. A verdade não é bem essa. O problema é que o governo

nos força a isso. E, como parlamentar, inclusive prejudicado, eu não posso me omitir de vir a esta tribuna manifestar a minha insatisfação, o nosso repúdio com relação a determinadas atitudes que o governador da Bahia tem tomado com relação a esta Casa. O governo tem demonstrado excelência em desobedecer à lei. Essa é que é a grande realidade. Por um lado, ele desobedece à lei, e por outro lado, por mais redundante que pareça, ele descumpra a lei.

Então, eu tive acesso a um relatório resumido da execução orçamentária, deputada Maria del Carmen, do exercício de 2016, através do sistema Fiplan, da Secretaria da Fazenda.

Desde a semana passada, que estou com este documento em mãos e não tinha tido a oportunidade de vir a esta tribuna. E neste relatório resumido, tive acesso ao demonstrativo, peço a atenção dos Srs. Deputados e das Sr^{as} Deputadas, eu tive acesso a um demonstrativo da execução das despesas por emendas individuais dos deputados estaduais.

Evidentemente que fui logo procurar aqueles deputados da Oposição que tiveram suas emendas liquidadas, ou seja, aqueles bens foram adquiridos ou os serviços foram prestados e foi entregue ao governo a fatura, ou seja, despesa liquidada.

Verifiquei que o deputado Alan Sanches teria recebido em emendas R\$ 220 mil; o deputado Fábio Souto teria recebido R\$ 340 mil; o deputado Herzem Gusmão teria recebido R\$ 100 mil; o deputado Hildécio Meireles teria recebido R\$ 120 mil; o deputado Luciano Filho, R\$ 67 mil; e o deputado Sidelvan Nóbrega, o mais prestigiado dos deputados da Oposição, teria recebido R\$ 500 mil.

Para minha surpresa, quando indaguei cada um desses parlamentares, ninguém recebeu nada, ou seja, o governo empenhou, liquidou e não passou para o deputado que aquele bem ou serviço teria sido pago para que o deputado informasse à base dele.

Feito isso, fui pesquisar os deputados da Base do Governo e, para minha surpresa, o primeiro com quem conversei, aqui, agora, foi o deputado Rosemberg Pinto, que, aliás, é o que tem o maior valor liquidado, no que diz respeito às emendas individuais do exercício de 2016: R\$ 1 milhão e R\$ 16 mil, que o deputado Rosemberg Pinto teria recebido em emendas do governo do Estado. E para minha surpresa, ele disse que não recebeu.

Ora, é provável, então, que os deputados Alan Castro, Alex Lima, Antonio Jr., Bobô, Eduardo Salles, Ivana Bastos, Joseildo Ramos, Luiza Maia, Manassés, Maria del Carmen, Marquinho Viana também não tenham recebido nada.

Ora, o que é que estamos assistindo aqui? É o governo descumprindo a lei, porque não paga, ou melhor, desobedecendo à lei, porque não paga as emendas, e ao mesmo tempo descumprindo a lei, porque diz uma coisa que não é verdade.

E nós, deputados, e faço um apelo a todos os deputados desta Casa, não é possível que o governo continue nos tratando desta forma. Para ser bondoso, para ser

gentil com o governo do Estado, meu caro presidente, vou chamar isto aqui de apropriação indébita, para ser gentil, porque, na verdade, a rigor, isto aqui é outra coisa.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos. Só peço desculpas porque faltei com o nome do deputado Joseildo Ramos, que é o próximo orador inscrito.

Com a palavra o deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Esta Casa estava precisando de uns puxões de orelha. Da mesma forma que critico, venho aqui hoje dizer que quero ver este Plenário assim, a Casa funcionando, afinal de contas, este Poder está consumindo mais de meio bilhão de reais. É dinheiro como uma zorra. Se esse dinheiro fosse aplicado na saúde, na segurança pública, o povo veria resultados, porque o grande problema, hoje, do nosso país, é, justamente, o desvio de recursos públicos dos serviços mais essenciais, que nos deixa, a todos, com a sensação de falta de proteção pelo Estado, porque saúde é uma obrigação do Estado, de igual modo a educação, de igual modo a segurança pública.

E nós estamos desprotegidos neste país, onde o povo não acredita na sua classe política e, pior ainda, não acredita naqueles que deveriam ser os guardiões, os depositários da confiança dos brasileiros, como o último caminho recursal, que é o Poder Judiciário. E como acreditar no Poder Judiciário, que é mais corrupto do que o Poder Executivo ou o Legislativo? A Praça dos Três Poderes, aquilo é uma zona. Infelizmente eu quero dizer que muitos aqui não sabem o que é uma zona, e eu quero retirar essa expressão para dizer que as zonas do passado não merecem ser comparadas com o que ocorre na Praça dos Três Poderes.

Imaginem, senhores da imprensa, imaginem, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, esse é um fim de mundo, não basta o Brasil hospedar o PT com a sua quadrilha, a garganta enorme do Lula, do Palocci e essa quadrilha toda que me causa até asco, fico até arrepiado ao falar desse povo.

E falar de quadrilha, isso não é privilégio do PT. O PT é que protagonizou essa vagabundagem no Poder. O PT é que institucionalizou isso, que trouxe essa malandragem toda, o camarada, que eu não sei, o companheiro Lula, que eu não sei onde ele se especializou, onde foi que esse moço estudou, ou será que bandido agora já nasce bandido, e a desfaçatez de tantos quantos defendem Lula, a desfaçatez de Lula que quer filmar o depoimento, que quer constranger a Justiça, e ainda vem deputada para aqui para defender isso. Lula precisa estar é na cadeia, para servir de exemplo para todos os outros que o seguiram.

Não adianta Sérgio Moro prender parte dos bandidos e deixando o chefe da quadrilha solto, impune.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Mas, senhores do PT, creiam que Lula, Sr. Presidente, Lula não vai ser presidente da República, não vai porque tem quase 50% de rejeição, porque a maioria do povo brasileiro não é ladrão, porque quem vota em ladrão é ladrão.

Lula vai preso e não poderá ser candidato a presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos. Depois, o deputado José Raimundo Fontes.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna para tratar de um tema atual: a espetacularização da Justiça a partir da “República de Curitiba”.

Observem que o magistrado é um chefe de torcida. Ele escolhe um lado e vai para o *Facebook*, despe-se de sua toga, no processo de espetacularização, e se pronuncia para uma torcida organizada. Isso não é papel, em nenhum lugar do mundo, de alguém que recebe do Estado brasileiro para ser magistrado.

O que é que está em jogo? O Código de Processo Penal estabelece de uma maneira institucionalizada, de uma maneira franca, aberta, extensiva, do ponto de vista da interpretação, que o juiz pode, sim, permitir que aquele que estiver dando seu depoimento tenha, por parte dos que o defendem, o direito de filmar, inclusive como peça do processo que lá se desenrola.

Mas não. O juiz que se arroga ao direito de ir para o *Facebook* espetacularizar nega o direito de filmagem, que é prerrogativa dos advogados, independentemente de quem seja.

Mesmo porque, depois de quase 3 anos, como é que Lula deveria chegar a Curitiba? Ele deveria chegar humilhado, acabado, alquebrado. E Lula, hoje, é, em todas as pesquisas, o preferido da sociedade brasileira, porque foi o timoneiro maior do maior projeto de inclusão social que ocorreu na América Latina. Esse é o grande problema.

Como é que não se percebe que a Lava Jato trouxe à tona que o sistema político-eleitoral deste país contamina o universo, o conjunto da classe política que a Lava Jato tem o objetivo maior satanizá-la, porque percebe que o Parlamento brasileiro está apartado daquilo que é mais consequente, que interessa a uma sociedade que o Parlamento, nos seus três níveis, nem de longe representa, porque foram eleitos, em sua grande maioria, através das corporações endinheiradas da elite nacional.

Esse é o grande enlace, porque me parece que o processo de delação premiada, inaugurado ostensivamente na Lava Jato, deixa transparecer que os delatores de hoje,

verdadeiramente, estão sendo refêns, cumprindo penas sem serem julgados. Com isso, não está aqui uma voz a defender qualquer deles, nenhum deles. Porque, inclusive, vítima da sanha inoportuna da Lava Jato, já teve quem fosse delatado e, depois de um ano, tenha sido inocentado pelo Ministério Público. E essa pessoa perdeu a moral, a família e o que de bom tinha, porque foi execrado e de maneira inominável colocado na grade daqueles que merecem a execução nacional.

É preciso, Sr. Presidente, para concluir, que a democracia conviva com os pesos e contrapesos para que exista nessa nossa jovem democracia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra, pelo restante do tempo do Pequeno Expediente, o deputado José Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas, Sr^{as} e Srs. Deputados, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, senhoras e senhores, eu quero fazer alguns registros. Inicialmente queria parabenizar o árbitro de futebol que apitou a última partida do campeonato baiano, que deu a vitória ao nosso Vitória como campeão baiano, o árbitro Marielson Alves da Silva, de Vitória da Conquista. É um jovem que se vem projetando, já é aspirante à FIFA, começou a sua vida lá em Vitória da Conquista e cursou arbitragem aqui, na Universidade Católica. É funcionário concursado da Prefeitura Municipal e trabalha com jovens na área digital. Parabenizo a esse jovem de Vitória da Conquista, uma cidade que, além de Glauber Rocha, Elomar Figueiras e grandes poetas, tem também grandes atletas. No passado nos deu Piolho, que jogou no Bahia, grande centroavante, o Naldinho e Gil Padeiro. Mais recentemente, Todynho, contratado pelo Vitória, tenho certeza que também fará sucesso. Parabenizo, portanto, todos os desportistas de Vitória da Conquista, especialmente a LCDP, na figura do companheiro Léo, que faz um trabalho bonito no esporte amador, na verdade, na antessala do sucesso para o profissionalismo. Também quero dizer da nossa alegria de comemorar com os amigos de Maetinga os 32 anos daquela cidade. Deixo um abraço para o amigo Edcarlos Lima Oliveira, o vice-prefeito Armênio, os companheiros Liu e a professora Andréia, lideranças do nosso partido naquele município.

Sr. Presidente, ao contrário do que ouvi aqui dos Srs. Deputados da Oposição, louvo e parabenizo o governador Rui Costa. Ele esteve na última quinta-feira em Vitória da Conquista entregando serviços e observando trabalhos do governo do Estado. O governador visitou o novo aeroporto lá, de Vitória da Conquista, em sua fase final de conclusão de obras. Já está sendo concluída a parte da obra do terminal do aeroporto, no valor total de R\$ 45 milhões, fora quase R\$ 60 milhões já investidos na terraplenagem das pistas e obras auxiliares.

Portanto o governador esteve lá com sua equipe também inaugurando obras do Hospital de Base, inaugurando um centro de diagnóstico por imagem, com a melhor

tecnologia existente no Brasil, de primeiro mundo. Ao mesmo tempo, o governador já se comprometeu e já anunciou a obra de recuperação e reforma do Hospital Afrânio Peixoto. Ali serão construídos 20 leitos de UTI e 75 leitos para cirurgias ortopédicas. Além do centro de imagem, vai concluir também a obra de urgência, emergência e da UTI neonatal.

Por isso, Sr. Presidente, foi com muita alegria que comparecemos àquele ato. Estiveram presentes também o deputado Fabrício Falcão, Marquinho Viana e todas as nossas lideranças, comemorando, com a presença de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores.

E o povo de Conquista já percebeu que o caminho do progresso daquela cidade é o governo Rui Costa e a sua Base do Governo, porque a cidade está espantada com a atual gestão que está naquele município, Sr. Presidente.

Portanto parabéns a V.Ex^a e a todos nós, da Base do Governo.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito pelo tempo de 25 minutos, deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Confesso que retorno, Sr. Presidente, a esta tribuna tomado de muita tristeza, porque faz bem à democracia e ao povo baiano esta Casa funcionar, trabalhar e produzir para a Bahia e os baianos. Mas, infelizmente, não é isso o que está a ocorrer.

Nos dias de hoje, senhores e senhoras que nos assistem através da *TV Assembleia*, não temos a mínima motivação de vir a esta tribuna elaborar um discurso e estudar para falar a respeito de um tema, porque ninguém nos ouve.

Já convidei, através de uma questão de ordem, S.Ex^a, o Sr. Deputado Angelo Coronel, presidente desta Casa, para aqui comparecer, pois ele precisa vir. Vejam, à exceção do dia do seu aniversário, há 30 dias, que ele não vem aqui para abrir uma sessão neste Plenário. Ele não comparece a este Plenário.

Por mais representado que ele esteja pelos membros da Mesa, esses não têm competência, legitimidade, tampouco foram eleitos para representar esta Casa. Este é o múnus que só S.Ex^a, o presidente, tem para representar, ativamente, nesta Casa aqui ou fora dela.

Não dá para questionar o atual presidente desta sessão, neste momento, a respeito de temas estudados por mim, pois eu gostaria de submeter os temas estudados à apreciação do presidente desta Casa, deputado Angelo Coronel, a fim de demonstrar que ele cometeu uma barrigada e se equivocou.

Acredito mesmo que ele, o presidente desta Casa, foi levado a equívoco pela Procuradoria Jurídica desta Casa. Não quero generalizar. Mas só ele, se é que ele recorreu a um dos procuradores ou à chefia dos mesmos, só ele sabe quem deu o parecer para ele engavetar a CPI do Centro de Convenções.

Aqui está, Sr. Presidente Angelo Coronel, a jurisprudência do STF sobre o assunto. Gostaria muito de que V.Ex^a estivesse aqui para me dizer onde encontrou amparo para arquivar a CPI do Centro de Convenções.

O objeto de uma CPI não pode estar sujeito a juízo ou a julgamento do presidente de uma Assembleia Legislativa ou de uma Procuradoria Jurídica de uma Assembleia Legislativa. Este assunto está pacificado pelo STF. Segundo o mesmo, quanto ao objeto de uma CPI, quem o define é o ordenamento jurídico! Vejam, só quem cria a CPI é quem pode avaliar o seu objeto, e este é 1/3 da Casa Legislativa, um quórum qualificado. Se 1/3 da Casa Legislativa define a existência de um objeto, está criada a CPI. Dá-se entrada na Mesa Diretora! Senhores da imprensa, antes mesmo de ser publicado o requerimento no Diário Oficial, nem um dos signatários da CPI pode retirar a sua assinatura, repito, nem mesmo um dos signatários pode retirar a sua assinatura.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Oportunamente.

Agora imaginem o arquivamento de uma CPI por decreto, por uma canetada, uma canetada equivocada! Se houve parecer emanado pela Procuradoria Jurídica desta Casa para arquivar, eu diria ser este um parecer de aluguel, ou seja, encomendado e apresentado. E eu chamo o procurador-mor, a pessoa que ofereceu esse parecer ao presidente, a vir discutir este tema aqui ou em qualquer foro.

Isso é uma imoralidade! Isso é um assassinato da democracia!

Sr. Presidente Angelo Coronel, a CPI não foi criada. As CPIs foram pensadas, criadas e entronizadas em nosso ordenamento jurídico e em nossa Constituição. A CPI não foi para estar sob o juízo de V.Ex^a, não foi!

Com a palavra, para um aparte, o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Targino, desde já, eu agradeço a concessão do aparte.

V.Ex^a trata, mais uma vez, da questão do Centro de Convenções. Deputado Targino, eu queria dizer que o mais triste de tudo é que, há 2 anos e meio, como falei no pronunciamento feito anteriormente, o governo disse que reconstruiria o prédio do Centro de Convenções em 2016 ou 2017, que faria no Parque de Exposições. No entanto, este ano, ele veio a esta Casa dizer que faria uma PPP (Parceria Público Privada).

O fato é: o Centro de Convenções desabou! Até agora, o governo não tem uma posição, para o povo baiano, acerca do destino do Centro de Convenções da nossa capital. Isso é gravíssimo.

A gente vem cobrando, com todo o respeito, a solução do problema Centro de Convenções ao governo do Estado. Observem, o trade turístico, os vários hotéis e os restaurantes estão fechando. A falta deste empreendimento ocasiona perda financeira para os vários setores da economia baiana. Por consequência, a falta do Centro de Convenções tem prejudicado muito o turismo da nossa capital.

Então, mais uma vez, junto-me a V.Ex^a neste esforço. Cobro ao governo do Estado tomar as providências cabíveis e dar, efetivamente, uma solução em relação ao Centro de Convenções da nossa capital.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento.

Digo, Sr. Presidente, que eu, até, entendo o Poder Executivo. Não agiria como ele. Não faria como a Bancada do Governo! Vejam, quem não deve não teme! Quem não tem o que esconder não precisa de tapete para atirar o lixo para baixo.

Sr. Presidente, eu quero, aqui, fazer a leitura de alguns trechos. Observe o seguinte, nobre deputado Luciano Ribeiro, advogado e operador do direito. Olhem o que diz aqui, abre aspas:

(Lê) *“Comissão Parlamentar de Inquérito – Direito de oposição – Prerrogativa das minorias parlamentares – Expressão do postulado democrático – Direito impregnado de estatura constitucional – Instauração de inquérito parlamentar e composição da respectiva CPI – Tema que extravasa os limites interna corporis das casas legislativas – Viabilidade do controle jurisdicional – Impossibilidade de a maioria parlamentar frustrar, no âmbito do Congresso Nacional e das Casas Legislativas, o exercício, pelas minorias legislativas, do direito constitucional à investigação parlamentar.”*

E continua: (Lê) *“Atendidas as exigências...”* – que é o requerimento e as assinaturas de 1/3 dos senhores deputados – *“(...) cumpre, ao presidente da Casa Legislativa, adotar os procedimentos subsequentes e necessários à efetiva instalação da CPI, não lhe cabendo qualquer apreciação de mérito sobre o objeto da investigação parlamentar.”*

Está ouvindo, Sr. Presidente, Angelo Coronel?

Não estou me dirigindo, especificamente, ao presidente desta Sessão Ordinária, pois não foi ele quem praticou este assassinato da democracia. Vou repetir.

(Lê) *“(...) não lhe cabendo qualquer apreciação de mérito sobre o objeto da investigação parlamentar que se revela possível dado o seu caráter autônomo ainda que já instaurados, em torno dos mesmos fatos, inquéritos policiais ou processos judiciais. O estatuto constitucional das minorias parlamentares: a participação ativa, no Congresso Nacional, dos grupos minoritários, a quem assiste o direito de fiscalizar o exercício do poder.”*

O que nós precisamos fazer? Precisamos ler, ler e ler. Há preguiça danada para ler. É danada a preguiça para ler. Para isso, dorme-se 2 horas a menos por dia; faz-se menos farra; não se vai ao motel; não se vai ao bar tomar cachaça. Mas leiam! Do

contrário, não dá para ser parlamentar. O que é parlamentar? Não dá para ser parlamentar e não dá para falar do que não se tem conhecimento! No entanto, isso é o que se faz nesta Casa: falar do que não se sabe!

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Deputado Luciano Ribeiro, com o aparte.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Targino Machado, V.Ex^a faz, nesta tarde, um belíssimo pronunciamento ao esclarecer e ao dar o verdadeiro contorno daquilo que deve ser, que é, e que representa a CPI, pois este é o único momento em que as minorias parlamentares têm vez e voz.

A CPI foi criada exatamente para ser instrumento da Minoria. A proporcionalidade dos membros consta em sua composição e na composição das mesas diretivas no Parlamento. Este é um princípio consagrado no Estado Democrático de Direito e no Estado do pluralismo político.

Isso ficou bem claro, nas atitudes da base governista, com relação a essa CPI. Deputado, quando alguém é acusado de algo, esse alguém possui três opções: primeiro, fazer com que o acusador não prove aquilo que está sendo dito contra si, essa é uma saída; segundo, construir provas suficientes para desqualificar a acusação; e terceiro, quando não há saída alguma, o intuito é o de criar artimanhas processuais para tumultuar o processo e desviar o foco das acusações. Nesse último caso, é porque não tem defesa, não tem acusação.

Assim o governo agiu no caso da CPI do Centro de Convenções!

Primeiro, manobrou para tirar o bloco independente que equilibraria as forças da CPI. Sabe-se lá como o governo manobrou e retirou o bloco independente. Depois, ao ferir qualquer dos princípios do Estado Democrático de Direito, não permitiu que a proporcionalidade fosse possível e a vontade das minorias prevalecesse. Por que? Porque não tinha defesa, uma vez que era uma causa indefensável a situação da CPI do Centro de Convenções.

Por isso, quero parabenizar V.Ex^a por este brilhante pronunciamento nesta tarde.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sinto-me honrado com a participação, em meu pronunciamento, das intervenções de V.Ex^a e da do deputado Fábio Souto. Solicito a incorporação do aparte do deputado Luciano Ribeiro ao nosso pronunciamento.

Quero dizer, deputado Luciano Ribeiro, que mais teria a falar, pois a jurisprudência é rica a respeito de CPI. O que não é rica é a literatura. Por isso, os procuradores podem ter cometido essa barrigada. Mas eu tenho seis livros sobre CPI e posso emprestá-los se eles prestarem caução, pois precisamos ter muito cuidado com livros.

Vou deixar para retornar a este assunto, talvez, no fim do ano quando o presidente Angelo Coronel voltar a frequentar esta Assembleia. Ele está fugindo,

repito, ele está fugindo. O deputado Angelo Coronel não abre a sessão há 1 mês. Isso não é possível. Portanto deixo mais para frente este assunto da CPI do Centro de Convenções.

Deputado Luciano Ribeiro, quero mudar de assunto. Quero fazer um outro discurso. Quando a Lava Jato começou, pensei que era coisa do Lula, da Dilma, do PT. Com o avanço das investigações, culminou nas delações da Odebrecht. Vi que se tratava de um descaramento geral, onde se uniram vários partidos políticos para assaltar o Brasil. Tratou-se de roubalheira geral! Tornou-se assassinatos em massa, não só assassinato da ética ou de ideologias, mas assassinatos de pessoas que morrem nas filas dos hospitais, que morrem tentando uma vaga numa UTI ou a inclusão num programa de quimioterapia para tratar o câncer. Tudo isso por causa da roubalheira infame.

Estamos diante de um sistema de corrupção que penetrou em todos os partidos políticos, em todas as empreiteiras, enfim, penetrou no organismo do Estado ao longo do tempo.

Observem: são pais ensinando aos filhos a roubar. Norberto Odebrecht ensinou a Emílio Odebrecht, que ensinou a Marcelo Odebrecht. O ex-presidente Lula ensinou ao Lulinha. O Renan Calheiros ensinou ao filho Renan. Mário Negromonte ensinou ao filho Mário Negromonte Filho. E, assim, poderia citar algumas dezenas a mais. Como vimos, não foi coisa só do PT! Mas, nos últimos 13 anos de domínio do PT, a descaração aumentou muito! Diversos dirigentes partidários se atolaram no mar da lama da corrupção!

Nos últimos dias, quanto às delações de Emílio Odebrecht, podemos testemunhar o cinismo daquele velho malandro a sorrir e a fazer piadas ao narrar a forma como assaltou os cofres públicos. Que vergonha! Tantas autoridades do meu Brasil eram tratadas por codinomes! Amigo era Lula! Italiano era o Palocci! Já o líder do PT aqui na Bahia tem dois codinomes: é o Polo e o Ó paí, ó! Jaques Wagner!

Dizem que foi tudo caixa dois para desviarem o foco para um crime com uma pena menor.

Fiquemos espertos, de olhos abertos! O que desejam o PT, o PMDB e o PSDB, lá em nível nacional, é se juntarem para anistiar o caixa dois e salvarem as suas próprias peles, pois assim serão condenados alguns poucos acusados, e os demais vão continuar no poder roubando o povo brasileiro!

A Bahia está envergonhada com o ex-governador Jaques Wagner, que, além de dois codinomes (Polo e Ó paí, ó), recebeu dinheiro de caixa dois, relógios caríssimos de presente, e cinicamente ainda disse na imprensa: “Nunca usei. Nunca usei.” Ó paí que cinismo! Ó paí, ó! E ainda se viu, nas delações, que recebeu de presente R\$ 12 milhões de propina da Odebrecht, isto só no final de 2010! Ó paí, ó!

Jaques Wagner pediu à Odebrecht para entregar a propina mensalmente na casa de sua mãe. Assim foi feito. O primeiro pacote com R\$ 500 mil foi entregue à mãe de Jaques Wagner. Aquela senhora honrada, quando viu o que era, proibiu o

filho de mandar pra lá, de fazer do seu endereço casa de malandragem, de picaretagem e de roubo! Jaques Wagner, ó paí, ó!

Ele pediu à Odebrecht, ó paí, ó, depois que a mãe se rebelou, para entregar o restante ao Sr. Carlos Dalto. Assim foi feito.

Para a minha tristeza, esse Carlos Dalto é lá da minha terra, São Gonçalo dos Campos. Graças a Deus, lá não aparece.

Ó paí, ó! Ó paí, ó! Que vergonha, Srs. Deputados! O Jaques Wagner, ou o Ó paí, ó, usar a sua própria mamãe, uma senhora de 93 anos, para receber dinheiro fruto da sua atividade criminal! E aí, governador Rui Costa?! Este Ó paí, óvai continuar fazendo parte do seu governo só para ter direito a foro privilegiado?! E companhia?!

Ladrões, ladrões todos vocês são! Mas não maltratem as suas mães, não façam isso!

Ó paí, Bahia! Ó paí, ó, Bahia! O tratamento que o Sr. Jaques Wagner deu à sua mãe, mandar dinheiro roubado para a mão dela na semana do Dia das Mães! Não devemos fazer isso.

Governador, ex-ministro, secretário Jaques Wagner, a sua mamãe é a sua mamãe, não é o Lobo Mau. Não faça isso, que isso é feio, pelo amor de Deus!

Agora eu quero ver com que cara os Srs. Deputados aqui vão permitir que esse malfeito perdure, porque um canalha que faz isso, um canalha que rouba e manda entregar o dinheiro à sua própria mãe, esse canalha não pode fazer parte de um governo que quer se demonstrar sério!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Horário das Representações Partidárias. Concedo a palavra ao representante do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de até 7 minutos.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, falará por 7 minutos a nobre deputada Dra Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra à deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 7 minutos.

A Sr^a Dr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e membros das Galerias, aliás, nos honram hoje com as suas presenças vereadores de Cachoeira. Vejo daqui a vereadora Cristina. Estiveram aqui mais cedo Laelson de Roxo, Fabinho Diau, Josmar e o vereador presidente da Câmara Municipal, Teta, deputada Maria del Carmen.

Foram recebidos pelo presidente da Casa, Angelo Coronel, a nosso pedido, para que pudéssemos, junto com o deputado Zé Neto, nosso Líder do Governo, e o

deputado Leur, da Oposição e Líder da Minoria, dar celeridade ao Projeto de Lei nº 22.270, do Judiciário, que entrou nesta Assembleia no início deste mês de maio.

Ele eleva a Comarca de Cachoeira de Entrância Inicial para Entrância Intermediária, fruto da aliança da sociedade organizada de Iguai, saudando Nelson Aragão, do Movimento Cachoeira, Justiça e Paz, com os vereadores que se reuniam e, junto com o nosso mandato e a senadora Lídice da Mata, pautaram uma importante reunião com a presidente do nosso Tribunal de Justiça, a desembargadora Socorro. E, levando em conta rigorosamente os critérios do Conselho Nacional de Justiça que devem elevar uma Comarca de Entrância Inicial a Intermediária, pediram que fizéssemos justiça a um pleito antigo: o de termos uma cidade histórica heroica e universitária elevada a Entrância Intermediária, com a garantia da permanência de juízes, porque é assegurada essa posição. O juiz não poderá ser substituído, a não ser por iniciativa própria.

Temos lá, deputada Maria del Carmen... Quero carinhosamente saudar V.Ex^a, que teve ontem a perda do seu querido pai, dizendo a ele que está guardado lá com Deus e de parabéns por ter criado uma pessoa tão singular, uma deputada tão querida. Mas, sobretudo, um ser humano que ama a Bahia, os seus pares e se utiliza das suas melhores qualidades para o bem do povo.

Quero, interrompendo este discurso por Cachoeira, dizer que é de pessoas como V.Ex^a que este Parlamento precisa. E também da união de políticos, deputado Angelo Almeida, como aqueles que estão ali, os vereadores de Cachoeira, dando celeridade nesta Casa a projetos, assim como estiveram lá no município os deputados Zé Neto e Leur. Enfim, toda a Oposição, para fazer justiça a Cachoeira, aceitará a dispensa de formalidades, fazendo esse projeto tramitar de forma célere para que possamos ter o nosso governador sancionando-o o mais breve possível.

Vamos dar acesso à cidadania, àquele povo e fazer justiça aos quase 8 mil projetos que se acumulam lá, mesmo com os esforços de todos os juízes que na cidade estiveram. São juízes titulares a quem saúdo, como a desembargadora Ivone, o desembargador Alberto e tantos outros que passaram por lá e, lógico, ao serem promovidos, saíram. Mas nunca se esqueceram de Cachoeira, porque Cachoeira não é uma terra que, quando se tem com ela relação, alguém a esqueça.

Afinal, o seu povo, quando se une, deputada Maria del Carmen, tenho certeza que V.Ex^a também estará brigando para votar nesta Casa, deputados Angelo e Zé Raimundo, e dar celeridade ao Projeto. Com isso nós estamos levando cidadania, porque levar justiça, um juiz titular significa a sensação da presença do Estado e o combate à impunidade que assola o nosso país.

Significa também a sensação de que a justiça é feita com acesso a essa política pública.

Quero agradecer ao deputado Zé Neto, que milita naquela região e é o Líder do Governo. E dizer que é preocupação desta Casa o assunto das comarcas, não só da elevação para garantir a permanência dos juízes titulares, como também, presidente,

deputado Fabrício, com aquelas que estão perdendo a sua característica de comarca de nível inicial.

É um pleito deste Parlamento que nós possamos, junto ao Tribunal de Justiça, tentar demovê-los da ideia de que na crise que vivemos devemos impedir a criação de comarcas. E não só isso, pois temos também de fazer uma defesa da importância de não haver redução delas em vários municípios baianos, como Mundo Novo, por exemplo. E igualmente para levar justiça temos de ampliar todas as instâncias que levam à segurança jurídica, como aquelas dos Tribunais de Justiça, através das varas e das próprias comarcas. Inclusive a Defensoria Pública que tem uma lei que implica na ampliação e presença de defensores do Ministério Público.

Quero, para terminar, agradecer a presença dos vereadores, saudar esta Assembleia e dizer que hoje, 9 de maio, também é um dia histórico para mim, em função dessa promessa de celeridade ao projeto de elevação de Cachoeira, mas igualmente porque nele devemos comemorar o aniversário de 32 anos da minha querida João Dourado, terra da agricultura e esperança, terra de um povo aguerrido que dela faz uma terra de luta pela microrregião de Irecê. Aliás, uma luta de todo o seu povo. Saúdo o prefeito Celso e toda a Câmara de Vereadores.

Aproveito para comemorar ainda o aniversário de Lapão. Ambas fazem 32 anos. São jovens, mas pujantes, porque lá aquele povo trabalhador e amigo faz história na área de agricultura e também na sindical, esses dois municípios que estão aniversariando no estado da Bahia.

Deixo aqui a minha saudação em forma de parabéns a estas três cidades! Cachoeira, por ter o seu pleito atendido, e João Dourado e Lapão, de povo amigo e trabalhador, que tem nesta deputada uma defesa incansável neste Legislativo.

Obrigada por sua tolerância, deputado Fabrício.

Saúdo os novos vereadores! Viva o povo cachoeirano! E vamos à luta em defesa do nosso município.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PP/PTN/PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Angelo Almeida:- Sr. Presidente, falará pelo horário do PP/PTN/PSB este deputado, Angelo Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Angelo Almeida pelo tempo de até 13 minutos.

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputadas, imprensa aqui presente, telespectadores, nós vivemos um momento difícil da vida política brasileira, e também está ficando cada dia mais difícil, deputada Fabíola Mansur, entender o nosso Judiciário.

Têmis, a deusa da Justiça, é universalmente a representante simbólica do Judiciário. A literatura diz que por meio dela a justiça é definida, no sentido moral, com os sentimentos da verdade, equidade e humanidade colocados acima das paixões humanas.

Porém, neste momento, o povo brasileiro vive um estágio de perplexidade. Quando um tema de ampla importância está sendo debatido já há muito tempo, vem agora, à luz dos fatos, o juiz de Curitiba se apresentar como bastião da Justiça brasileira – um juiz de 1ª instância. E, literalmente, escolheu lado.

Eu me pergunto o que será dessa sociedade se essa moda pegar? O que será do povo brasileiro no momento e quando for chamado aos Tribunais. Porque é normal, a Justiça existe para isso, para dirimir as dúvidas entre o certo e o errado. Quem cometeu erros, que pague; quem cometeu acertos, que se corrija diante de uma acusação que pode vir a acontecer com o cidadão e a cidadã brasileira a partir desse novo paradigma que está sendo criado, e o pior, com deputados, com instituições brasileiras gritando e levantando a voz pelo “Viva a Moro”!

Penso que precisamos ter um pouco mais de juízo, principalmente os parlamentares quando forem abordar esse tema, porque está em jogo o futuro de uma sociedade. Se isso continuar e se essa moda pegar, adiante, a tendência é a barbárie.

Portanto amanhã parece que será um dia importante em Curitiba, a não ser que já tenham adiado ou esteja em fase de adiamento o depoimento do ex-presidente Lula. No momento que estamos acompanhando esse cenário, vendo os fatos acontecerem, ficando em dúvida – até porque, com muito respeito ao Ministério Público brasileiro, tanto federal quanto estadual, muito respeito aos novos juízes, e nós conhecemos muito deles, brilhantes, bem-intencionados – e querendo crer que há imparcialidade. E o que a sociedade brasileira está vendo, assustadamente, é o juiz tomar a frente de um processo, se vestir de justiceiro, colocar pessoas como reféns, fazer os reféns falarem e delatarem.

Lembrando a você, cidadão e cidadã que nos ouvem também neste momento, que com Tiradentes foi assim também. A burguesia, a elite mineira, para se livrar da punição da Coroa portuguesa e para se safar do problema, foi lá e fez questão de entregar e entregou Tiradentes, praticamente sozinho. Isso é o que está para acontecer.

No meio de tudo isso, vai a nossa política caminhando de mal a pior. Para surpresa de todos nós, o presidente da Câmara dos Deputados desengaveta uma PEC do ano de 2003, cria uma comissão especial em regime de urgência para dar um parecer a essa PEC, que, na verdade, tem como pano de fundo provocar prorrogação das eleições de 2018, ano que vem, para 2020.

Quero aqui alertar a sociedade, sinto-me como deputado do estado da Bahia com essa obrigação. Está evidente, está ficando muito claro que esse segundo golpe, dentro dele está, na verdade, a tentativa de um salvo-conduto para deputados e senadores que fazem parte dessa corja golpista que assaltou o povo brasileiro e a nossa democracia, dar um salvo-conduto para eles votarem na reforma da previdência

que, na verdade, junto com a reforma trabalhista, traz de volta a escravidão ao povo brasileiro.

Na iminência de se votar a reforma da previdência, já tendo votado a trabalhista, que seguiu para o Senado, já vão pedir urgência na iminência de votar. Os deputados envergonhados, descaradamente, estão se submetendo à pressão do governo, e agora o salvo-conduto está chegando para eles. Digamos assim: “Votem, crianças! Votem, bandidos! Votem, porque vamos jogar a eleição para 2020. O povo, daqui para lá, tem um bálsamo.” É assim que caminha a nossa sociedade, é assim que caminha essa situação cada dia mais vexatória e vergonhosa na política brasileira. Muito vergonhosa!

Portanto, Sr. Presidente, aqui, o meu protesto a mais esse golpe. Está em curso por parte dessa turma que tomou conta, que usurpou o poder, usurpou a democracia do povo brasileiro, está em curso mais um golpe. Na verdade, agora é o golpe de: “Votem na previdência que nós iremos lhe dar, do outro lado, um salvo-conduto, Sr. Presidente”.

Nas ruas por onde temos andado, por onde temos viajado, descendo do carro e conversando olho no olho com o povo... já fizemos mais de oito debates públicos em cidades baianas e haveremos de continuar fazendo debates sobre a mudança da previdência, que eu, sinceramente, tenho me negado a usar o termo “reforma”. Às vezes não tem jeito, para o povo entender, que é o que está na mídia, a gente precisa falar “reforma” mesmo. Mas de reforma não tem nada.

Reforma nos remete a algo de bom, reforma nos remete a uma inovação, e o que está vindo aí a galope desse governo corrupto, esse governo preenchido quase na sua totalidade por ministros corruptos que assaltaram o poder... esse golpe e esse governo estão levando, silenciosamente, o povo brasileiro a essa situação vexatória de ver mudanças sendo aprovadas, na nossa Constituição, por pessoas que não foram legitimadas, que não foram legitimamente eleitas, mas que estão conduzindo o processo.

Portanto, desde a presença do Rodrigo Maia, que no resultado das urnas, o que vimos em 2014, foi também uma situação que já mostrava que a elite, a imprensa e a mídia brasileira diziam que, se Dilma ganhasse, não tomaria posse; se tomasse posse, não governaria; e governando, não ficaria até o final. E ao fim e ao cabo, não é que conseguiram? Conseguiram e está aí agora.

Eu tenho ido às ruas, tenho ido às cidades e estou ouvindo das pessoas: “Olha, fulano de tal é do meu partido, sou do partido dele, estou saindo, viu, porque nele não voto mais. Olha, fulano de tal votou, está votando com a reforma, não é? Deputado, avise lá, em Salvador, que estou saindo, porque aqui eu não voto mais. Na minha casa não o recebo mais.”

E aí, a trama perversa é feita, deputado Alex da Piatã, na surdina, na calada da noite. E na calada da noite tiraram a PEC de 2003, criaram uma Comissão Especial – o próprio presidente da Câmara dos Deputados, ele mesmo – e estão tramando lá, os estertores desse governo corrupto estão tramando contra o povo brasileiro, contra o

processo democrático mais uma vez. É essa a trama que querem proporcionar dessa vez. Querem prorrogar a eleição, botar todo mundo com salvo-conduto para só disputar a eleição em 2020 e, daqui para lá, ter tempo para continuar enganando a sociedade brasileira, o conjunto do povo brasileiro. Cada dia mais, a perspectiva de negação de direitos, de redução de garantias universais que foram construídas com muita luta.

Eu gostaria de ter tempo para falar aqui, deputado Targino Machado, mas vou me manifestar em outra oportunidade, e penso que V.Ex^a foi de uma indelicadeza sem tamanho, já julgando, condenando e colocando a mãe do nosso ex-governador Jaques Wagner no meio dessa história, por conta de um delator, sem saber o que vai acontecer ainda, porque o ex-governador sequer foi chamado para prestar esclarecimento.

Todos nós, a Bahia sabe da integridade, do caráter e da forma correta com que durante 8 anos o ex-governador Jaques Wagner governou este Estado, dando a ele o estado de graça da liberdade, o estado de graça da democracia plena e, sobretudo, do desenvolvimento social e também do desenvolvimento econômico da Bahia, com muita justiça sendo praticada. Portanto, Sr. Presidente, quero aqui fazer o meu voto de repúdio a essa agressão sofrida pelo ex-governador Jaques Wagner na tarde de hoje, que foi feita desta tribuna. Precisamos ter tranquilidade para fazer o debate com legitimidade e, sobretudo, com respeito às pessoas, porque todos nós somos humanos e não podemos agredir as pessoas da forma como feito aqui desta tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o Líder da Minoria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:-Sr. Presidente, falarão os deputados Heber Santana por 6 minutos e, por 5 minutos, Fábio Souto.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Heber Santana, por 6 minutos.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos da imprensa, amigos e amigas que nos assistem pela *TV Assembleia*, permitam-me, primeiro, fazer um registro: ontem pela manhã, realizamos uma sessão especial nesta Casa em comemoração aos cronistas esportivos, deputada Fabíola. Foi uma sessão muito qualitativa, acredito que deixamos aqui o início de um trabalho importante, especialmente pelo papel social que tem o esporte para a população baiana. Os cronistas são os grandes responsáveis pela divulgação desse trabalho, pelos bons valores e costumes que podemos ter.

Portanto fico feliz em ter realizado essa sessão. Márcio Martins, como presidente da ABCD, esteve aqui presente, além de outros jornalistas; fizemos uma

homenagem póstuma ao saudoso Alvaro Martins; lembramos de outros nomes que têm dedicado suas vidas a essa importante profissão. Também discutimos sobre a necessidade que temos de apresentar um calendário esportivo, especialmente na área do futebol, que é o principal esporte do nosso Estado. Propusemos uma ação e uma atuação mais alongada, já que, neste domingo, com o final do campeonato baiano, os clubes do interior acabam ficando sem opção de um calendário que possa ter suas atuações, e isso tem impacto econômico, já que, direta e indiretamente, o esporte acaba sendo um provedor da geração de emprego e renda.

Mas quero também, Sr. Presidente, mencionar aqui, em cima do discurso do nosso querido deputado Targino Machado e de outros que nos antecederam, o deputado Adolfo Viana também tem sido recorrente aqui, fazendo críticas ao atual momento em que vivemos. Vivemos de fato, deputado Targino, um momento muito complicado. Uma crise ética, moral, política e econômica. Faltam-nos referências nesta nação, e o pior de tudo é que, se formos buscar alternativas para um futuro próximo, nós não encontraremos facilmente, sendo necessário, inclusive, olhar para fora daqueles que são os políticos tradicionais, os que já têm ocupado mandatos, pela falta de uma liderança capaz de congrega em si um projeto para o nosso país. Até porque o que temos visto até aqui são projetos partidários ou individuais, projetos de poder apenas, não projetos que nos deem um encaminhamento, um sentido daquilo que estamos construindo através do Poder Legislativo, do Poder Executivo, especialmente.

Mas me espanta muito observar a falta de sinceridade, vamos dizer assim, daqueles que aqui sobem a esta tribuna, deputado Luciano Ribeiro, para afrontar o povo. Porque se formos observar bem aquilo que tem acontecido, deputado Adolfo, desde a época da Copa das Confederações, em 2013, até os dias de hoje, e ao contrário do que muitos ligados ao antigo governo federal dizem, quem foi o responsável pela saída de Dilma do governo federal não foi outro senão o povo, que foi às ruas clamar por justiça, foi às ruas dizer que não aguentava mais o que estava acontecendo com a nossa nação.

É impressionante como a gente vê aqueles que até então se colocavam como defensores desse povo se voltarem contra ele agora e atacar a iniciativa da Justiça de cumprir o seu papel e fazer justiça.

Ora, muito me admira que deputados subam aqui para questionar a ação do juiz Sérgio Moro. Ele não é absoluto, não manda e desmanda neste país, mas tem cumprido o seu papel. E não pode ser questionado no cumprimento do seu papel. Observem, e o deputado Luciano Ribeiro foi muito feliz quando, aqui, colocou: “Quando alguém sofre uma acusação, e é válido dizer que no exercício da atividade pública, por muita burocracia envolvida, por muitos interesses envolvidos, é normal que em algum tempo alguém levante questionamentos, mas o comportamento daqueles com esse questionamento é o grande diferencial.”

A atuação, a estratégia adotada, especialmente, pelo Partido dos Trabalhadores nos faz entender e compreender que faltam argumentos de convencimento à sociedade quanto à correção dos seus atos no exercício das suas atividades.

Quando vemos grandes nomes do Partido dos Trabalhadores, deputado Hildécio, falarem com deboche sobre, por exemplo, a iniciativa dos deputados da Oposição nesta Casa de criar uma CPI, depois ficamos entendendo, deputado Targino Machado, V.Ex^a que falava aqui sobre a CPI, o porquê do deboche do governador quando a Oposição unida apresentou as 21 assinaturas necessárias para a criação da CPI, porque já estava tudo combinado, deputado Targino, para que eles pudessem fazer o que fizeram com a CPI. Por isso a palavra deboche.

V.Ex^a também foi muito feliz: “Quem não deve não precisa de tapete para esconder a sujeira debaixo dele”.

Da mesma forma a entrevista, ontem, do ex-governador Jaques Wagner, tratando de assuntos importantes, para os quais a sociedade clama por respostas, de forma debochada, irresponsável. O que nos dá, sem dúvida alguma, profunda tristeza, nos traz profunda tristeza, porque não era esse o comportamento que esperávamos de homens que exerceram cargos tão importantes no Brasil e na Bahia.

Esperávamos ao menos a hombridade de encarar, de frente, a situação e trazer as respostas necessárias que o nosso povo deseja. E não tentar, de alguma maneira, embolar o processo com insinuações contra aqueles, no caso, o juiz Sérgio Moro, que têm assumido o risco e o ônus de comprar uma briga enorme contra grandes poderosos em nosso país, na busca de dar à nossa sociedade a resposta que tanto deseja, que é a justiça.

Tenho a certeza de que ninguém anseia pela prisão de “a”, de “b”, esse não é o desejo da população, a população deseja justiça.

Se comprovado for, em cima dos indícios, especialmente, deputado Pablo, que nós temos, que alguém é culpado, que cumpra as penas devidas, mas que tenha hombridade de encarar de frente, diante dessa situação, e não fazer chacota com a população que já está tão entristecida por tantos problemas que nós temos enfrentado em nosso país.

E o maior crime que o Partido dos Trabalhadores e os Partidos que comungam com o seu pensamento, deputado Adolfo, tem trazido ao nosso país, é tirar a esperança do povo brasileiro, esse é o maior crime. O povo brasileiro não consegue mais ter uma perspectiva de futuro, infelizmente, porque é olhar, os desmandos que o governo do Partido dos Trabalhadores realizou neste país, e olhar a chacota com que eles tratam esses mesmos programas, não cria-se nenhuma expectativa de um futuro melhor.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Heber Santana, eu quero parabenizar V.Ex^a. V.Ex^a sobe a essa Tribuna e relata a verdade. O Partido dos Trabalhadores venceu as eleições, em 2014, mentindo e enganando o povo brasileiro, lado a lado com Michel Temer, mas o Partido dos Trabalhadores é o partido que enquadra o seu discurso de acordo com a sua conveniência. Se o Michel Temer, em 2014, era o grande parceiro da Dilma, hoje eles demonizam o atual presidente. Por que? Porque eles estão

acostumados a usar o discurso da conveniência, elegeram Dilma mentindo e enganando o povo brasileiro. E agora que ela foi “*impeachment*”, justamente por ter cometido infrações durante o seu governo, eles agora adotam o discurso da conveniência. E será sempre assim, o Partido dos Trabalhadores age, exatamente, dessa maneira, com a conveniência do dia, e é por isso que o povo brasileiro hoje já não aceita mais o Partido dos Trabalhadores.

Parabéns a V.Ex^a pela coerência que adota no discurso da tarde dessa terça-feira.

O Sr. HEBER SANTANA:- Eu quero incorporar o discurso de V.Ex^a, deputado Adolfo Viana, e dizer apenas, Sr. Presidente, que aqui na Bahia nós começamos a ter essa esperança. Em cima dessa gestão que tem acontecido na cidade do Salvador, eu tenho certeza que em 2016 a Bahia saberá reconhecer o grande patrimônio político que nós temos, que é o prefeito ACM Neto, como alternativa de poder, e de restaurar, e de resgatar a nossa Bahia para os baianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

A Sr^a Dra Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, falará o deputado Zé Raimundo, pelo tempo de 6 minutos, e o deputado Zó, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas, caras deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu tenho observado ao longo desses 6, 7 anos que estamos aqui nesta Casa, o comportamento, os discursos, a lógica do Parlamento, em especial da Oposição.

Tenho, de forma muito humilde para mim, que a política, que o discurso, o olhar do político, dos seus partidos, de jeito nenhum pode ser um olhar que segue a realidade. Infelizmente já diziam os gregos que a primeira vítima da verdade, ou melhor, que a principal vítima do discurso político, era a verdade. E veja, está claro que os acontecimentos na superfície, esses acontecimentos mostram uma série de problemas com o meu partido, com os partidos aliados, mas, também, com a Oposição.

Dizer, por exemplo, criticar, por exemplo, a conduta ética do governador Jaques Wagner, na Bahia, sem fazer uma menção, um raciocínio do que é a política, é, na verdade, tapar os olhos, é não querer enxergar a sua própria sombra, para não dizer seu próprio traseiro.

Querer criticar a realidade dos partidos sem examinar a essência do capitalismo, da forma como historicamente as empresas se imiscuíram na questão do Estado, é não querer entender o que é esse mundo real. Está aí a obra de um jovem historiador fluminense, Estranhas Catedrais, que é, na verdade, a história das empreiteiras no Brasil. Como a ditadura militar, na Bahia e neste país, e os grupos que surgiram nos anos 70 e 80 tiraram da política as elites tradicionais.

E aqui na Bahia foram arredados do poder os Luís Viana, os Roberto Santos, os Clemente Mariani. Enfim, toda a elite tradicional deste Estado, as elites do açúcar e do comércio foram afastadas. E no seu lugar surgiu um novo grupo, que se encravou, encastelou-se dentro do Estado enquanto mediador e depois tornou-se dirigente do Estado.

Empresários que não tinham nada saíram de dentro do Estado num modelo tripartite, 30% do Estado, 30% do capital estrangeiro, e aqui as elites locais se aliaram a esse projeto no Maranhão, ou seja, elas se modernizaram por dentro do Estado. Isso está confirmado em vários estudos, como o do Chico de Oliveira naquele livro dele, *O Elo Perdido*, que mostra como na Bahia isso ocorreu, não é?

Então para nós, da esquerda, temos nossos erros? Temos, porque acreditávamos que haveria uma elite, uma burguesia interessada no projeto nacional. E essa elite nos traiu. O presidente da FIESP, que apoiou Lula e Dilma, na primeira crise saiu de baixo e levou bilhões de reais em incentivos do BNDES de renúncia fiscal. Foi o primeiro a trair o governo de coalizão nacional, e agora lá igualmente recebeu dinheiro da Odebrecht e das grandes empresas. Um empresário recebendo e também no mesmo esquema!

Então nós, que não somos da elite – e aqui não vejo originalmente ninguém da elite –, podemos até ser representantes dela. Aqui há deputados que a representam. Eu venho de uma linhagem mais popular, sempre da esquerda, mas respeito os colegas e pergunto: é uma cegueira querer eliminar a esquerda, o PT e o Lula da vida política porque quem poderá salvar o capital adiante numa social-democracia, num Estado de Bem-Estar Social, é uma esquerda, um centro-esquerda?

A elite, às vezes, pelo lucro e na corrida da concentração de renda e poder, cria o seu próprio abismo. E vai criá-lo no Brasil porque, se aqui nós não tivemos ainda uma radicalização política, foi por conta dessa diversidade cultural, social e também das políticas mediadoras que o Getúlio fez, o Jango fez e, por incrível que pareça, até setores dos militares também fizeram e defenderam!

Mas agora eles querem tudo, privatizar tudo, entregar a Petrobras, o saneamento básico! Privatizar! Que privatizem se os senhores forem vencedores nesse processo histórico! Porém se preparem para perder os dedos, os anéis e o pescoço amanhã! Agora estamos vendo lá, na Europa, que no primeiro susto estão voltando para o centro! Voltando para o centro!

Portanto, queria dizer que esse debate não é em defesa só do Lula, não. É que há um exagero do Poder Judiciário querendo desqualificar a política! Tirem a política,

e o que é que vai ficar no lugar da política?! A ditadura?! É o procurador-geral da República que vai ser presidente pra governar este país ou são os partidos políticos?!

Fica aí a pergunta, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Zó pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, colegas deputados, imprensa, público, servidores, eu venho a esta tribuna, querido Zé Raimundo, porque o debate aqui, às vezes, fica repetitivo de coisas que a população não mais acredita. Porque se diz que alguém ganhou um triplex e somente como prova tem dois carros que passaram no pedágio do Guarujá, de 2011 a 2013. Normalmente quando venho de carro, passo no pedágio de Simões Filho. Como alguém vai saber se venho para a minha casa, para a praia ou se vou ao shopping?

Essas questões têm que ficar claras porque é preciso que se prove. Ou então faz como aquele diretor da OAS que ficou preso por um 1 ano e 2 meses, entrou em depressão, perdeu a família. E quem paga? No afã de tirar o presidente Lula da disputa, não sei, talvez muita gente não saiba, mas o povo do sertão de Juazeiro, principalmente os do interior, sabe os motivos, mas aí cria-se uma discussão que não é a principal discussão deste país.

A principal discussão deste país, que vai lá nos 25 bilhões isentados do Itaú, tem como exemplo a conversa que tive hoje, em meu gabinete, com uma mãe. Essa mãe, deputada Fabíola, tem um filho com um sonho de ser médico, que talvez já tenha sido o seu na adolescência. V.Ex^a conseguiu, também tive um irmão que teve esse sonho, comprava apostila do Telecurso Segundo Grau porque não tinha condições de pagar cursinho. Não é médico, é bancário, está feliz da vida, corre maratona e é tranquilo.

Mas essa mãe matriculou o filho numa faculdade particular aqui em Salvador, no curso de Medicina. Ele passou e cursou o 1º semestre pensando que conseguiria o Fies. Ela foi em meu gabinete hoje, veio lá da região de Juazeiro, vou preservar os nomes, até porque não vem ao caso, estava atrás daquelas bolsas que existiam aqui, mas o Ministério Público proibiu. Agora, já no 3º semestre, ela vai trancar a faculdade porque o volume de recurso que financiava o Fies para o estudo dessa turma foi muito cortado. A família fez o que pôde.

Para com essa história, deputado Pablo, de colocar a culpa em Lula, vocês têm 1 ano de governo e não conseguem dar solução em nada. Vocês não têm mágica para resolver? Para de colocar a culpa em Lula. Lula saiu do governo há 6 anos. Quem está quebrando o País são vocês que estão financiando R\$ 25 bilhões do Itaú, que querem pegar o povo trabalhador, o povo do campo para pagar por boia, 45% do salário vai ser dado em rango. Você vai receber a comida. É assim que vai funcionar. Agora se alguém defende isso, é um direito, paciência.

Quero concluir o meu discurso porque isso me tocou o coração. Pode até ser que não toque o de ninguém, mas tocou o meu, porque conheço a família e sei do esforço para fazer até o 3º semestre. Vão vender uma casa de herança para ver se conseguem pagar, para talvez custear mais um semestre.

A operação Carro Pipa, meu caro Zé Raimundo, 42% num ambiente de seca desses. Não quebrou o País, não. Caso contrário não poderia isentar 25 bilhões do banco Itaú, porque os destinos dos recursos mudaram de lugar, mudaram de horizonte. Não estou aqui para debater quem quebrou ou deixou de quebrar, mas coloco um assunto importante para os que não têm condição de pagar a sua faculdade pelo Fies. E é importante que R\$ 25 bilhões de isenção do Itaú possam ser revertidos, nesse sentido, para a educação. Isso me tocou e me preocupa muito. O debate dessa situação diz respeito a muitos que vão trancar a faculdade, e muitos já trancaram, porque não podem continuar sem o Fies. O boom universitário que vivemos, a gente corre o risco de perder neste momento. Isso me preocupa muito mais do que quem vai ser o candidato à Presidência em 2018, mesmo porque eu já tenho o meu.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão, Sr. Presidente, os deputados Luciano Ribeiro e Hildécio Meireles, respectivamente, por 5 e 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, não estava na minha programação vir a esta tribuna fazer algum pronunciamento, mas, diante do que eu ouvi agora dos oradores que me antecederam, não poderia ficar silente.

Na vida, principalmente na vida pública, o homem tem o dever de ter coerência com o que fala e com o que faz. Não vejo aqui, nesta tribuna, os deputados da Base Governista falarem sobre os problemas da Bahia; vejo, sim, falarem somente dos problemas federais. Procedem assim porque é impossível fazerem a defesa do governo deles. Quero dizer que eu não votei em Michel Temer; foram vocês que votaram, já que quem vota no presidente também vota no vice. Não fui eu, repito.

E quando se fala daquilo que está a sofrer a sociedade brasileira com a retirada dos seus direitos, devemos dizer que aqui estamos a apreciar hoje – dentre tantas proposições já votadas nesta Casa que deixaram os servidores públicos da Bahia com menos direitos – mais um projeto de lei que o governador do Estado encaminhou a esta Casa para que os seus deputados votem, retirando direitos do servidor público. E tomo emprestado da Bancada Governista aquilo que ela anda a pregar: nenhum direito a menos aos servidores públicos!

Mas nesta Casa eles não têm esse discurso; queremos que tenham também aqui. E quando falam da terceirização, tenho escutado, tenho ouvido e calado, porque essa discussão não está neste foro. Mas quando abro a Cartilha Lei Anticalote do governo da Bahia, editada pela Sefaz, lembro que o que foi aprovado aqui em 2014, a chamada Lei Anticalote, nada mais é do que a regulamentação da terceirização no estado da Bahia. Está aqui no texto dessa lei que ela veio para regulamentar e garantir as terceirizações feitas no estado da Bahia.

E vou citar números: só na Secretaria da Educação nós temos 11 mil terceirizados. E essa lei regulamenta a terceirização dos contratos feitos pelo Estado. Lá se prever que parte do que vai ser pago às empresas seja contido nos cofres do Estado para garantia futura dos direitos trabalhistas.

E quando se fala da Saúde, vemos que os pequenos municípios, que tem os seus hospitais, sofreram há pouco, caro deputado Zó, um duro golpe do governo do Estado, que retirou os repasses para essas unidades de saúde. Hospitais que recebiam R\$ 100 mil, como o de Caculé, estão recebendo este mês R\$ 30 mil. O que o governo fez? Os consórcios de saúde são uma boa ideia, eu os defendo, mas não da forma como o governo está fazendo, retirando o dinheiro dos municípios para conceder a esses consórcios de saúde, porque lá quem vai financiar são os municípios já sofridos.

Existem municípios que, com essa retirada do dinheiro dos seus hospitais, não vão poder manter nem a maternidade e, assim, ficarão impedidos de ver os seus filhos nascerem lá, porque não terão condição de ter nem sequer uma maternidade.

Essa é a verdadeira história da Bahia que devemos discutir. Devemos discutir se está certo ou se está errado quererem retirar, hoje, esses direitos do servidor público.

Quero ver nesta tarde se a Bancada Governista terá coragem de retirar direitos do servidor público baiano. Digo e repito: nenhum direito a menos aos servidores públicos da Bahia! Espero contar com essa Bancada aguerrida aqui desta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras aqui presentes, meu caro deputado Luciano Ribeiro, eu tenho falado aqui desta tribuna que os deputados da Base do Governo costumam vir até aqui para fazer o discurso da conveniência. Ou seja, é um discurso para a Bahia e outro para Brasília. O que vale para todos os trabalhadores do Brasil não vale para os trabalhadores públicos da Bahia.

Em relação a essa tese do discurso da conveniência, meu caro deputado Luciano, eu lembro que há poucos dias o ministro Gilmar Mendes não prestava, quem prestava era o então vice-presidente da República Michel Temer. Hoje, o presidente Michel Temer não presta mais, quem presta é o ministro Gilmar Mendes,

porque deu a liberdade ao condenado, ao quase condenado, ao ex-todo-poderoso José Dirceu. Portanto fica claro e evidente que aqui se pratica o discurso da conveniência. Mas eu queria aproveitar parte do meu tempo nesta tribuna, meu caro deputado Aderbal, para fazer justiça, já que eu prezo a justiça e a verdade. Tenho visto aqui alguns deputados, sobretudo o deputado Zé Raimundo – parlamentar que respeito muito –, que foi adversário de Herzem Gusmão lá em Vitória de Conquista, fazer algumas críticas ao mandato do nosso querido Herzem.

Herzem é um homem de respeito, como todos nós conhecemos, é um homem de boas intenções, responsável, que teve o privilégio de vencer a eleição na terceira maior cidade do nosso estado. Mas, ao mesmo tempo, Herzem teve o azar de receber aquele município depois de 20 anos de mandatos de um mesmo partido; depois de 20 anos de mandatos do Partido dos Trabalhadores.

E quem governa um município ou um estado por tão longo tempo, certamente, sente falta quando deixa o governo. Se pudesse, meu caro deputado Alan Sanches, jamais sairia do poder. Depois de derrotado, o PT de Conquista implantou naquela cidade um verdadeiro clima de terror para a administração pública. Criaram um ambiente nefasto para que o prefeito eleito, Herzem Gusmão, quando assumisse o seu mandato encontrasse barreiras e dificuldades para tocar o governo.

São escolas sem nenhum estoque de merenda escolar, com um único intuito de prejudicar o início das aulas naquela cidade; hospitais sem estoque de medicamentos; usinas de asfalto totalmente desprovidas de matéria-prima; a Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista (Emurc), que V.Ex^a, Sr. Presidente, bem conhece, com dívidas fiscais e com fornecedores de algo em torno de R\$ 36 milhões. Um cemitério de máquinas e veículos! São dezenas e dezenas de veículos, de máquinas, de tratores pesados que estão em um depósito de ferro-velho totalmente inapropriado para atender às demandas do serviço público.

E mais, o nosso querido prefeito Herzem Gusmão encontrou uma administração, meu caro deputado Pedro Tavares, totalmente aparelhada. E ele tem tido a paciência de desestruturar esse aparelhamento para, finalmente, poder impor o seu novo modelo de governo, o seu novo modelo de administração. Mas, mesmo assim, em menos de 4 meses e 10 dias de gestão já podemos ver, deputado Luciano Ribeiro, algumas melhorias naquela cidade por iniciativa, única e exclusiva, do atual governo do nosso querido prefeito Herzem Gusmão.

Já foram feitas 4.031 intervenções em iluminação pública na cidade e na zona rural; a limpeza urbana se deu ao trabalho de recolher cerca de 12 mil toneladas de resíduos sólidos e mais de 50 toneladas de entulho que estavam estocados e acumulados; recuperou 175 quilômetros de estradas vicinais; instalação da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia, serviço que será ofertado pelo Sistema Único de Saúde. Também já começou, meu caro deputado Zé Raimundo, em convênio com a União, a construção da Via Perimetral, uma obra de cerca de R\$ 60 milhões; está viabilizando, para o governo do Estado, cerca de R\$ 100 milhões para a barragem, com o objetivo de melhorar o serviço de oferta de água naquele município. Além, meu caro deputado Zé Raimundo, dos R\$ 45 milhões que faltam para concluir a obra

do aeroporto, que V.Ex^a esteve lá, com o governador, visitando na quinta-feira passada.

Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aqui está a verdade nua e crua do que ocorre na cidade de Vitória da Conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Dra Fabíola Mansur:- Falarão, dividindo o tempo, os deputados Adolfo Menezes, por 5 minutos; Fabíola Mansur, também por 5 minutos; e Fabrício Falcão, por 2 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Quem falará por 2 minutos?

A Sr^a Dra Fabíola Mansur:- O deputado Fabrício Falcão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meu amigo deputado Luciano Ribeiro falou aqui que a Bancada do Governo não fala sobre coisas erradas. Vou começar o meu discurso logo falando de coisas erradas, absurdas que eu só via pela televisão. Domingo, eu estava em casa, moro ali no Horto, e ouvi pipocos – como se diz no interior – de tudo quanto é lado. Imaginei que era a comemoração do Vitória. Não, era simplesmente um tiroteio ali no Engenho Velho da Federação, próximo à Vasco da Gama – disseram-me que isso é corriqueiro –, que durou 20 minutos. Um tiroteio para fazer inveja ao Rio de Janeiro.

Essa é a situação da segurança pública, infelizmente, não só na Bahia, mas em todo o Brasil. Há poucos dias, todos nós brasileiros vimos que no Rio de Janeiro morrem mais policiais do que na Guerra do Vietnã. Não precisamos dizer mais nada sobre a situação em que este país está, uma desordem completa em todas as áreas. Está-se aproximando o período dos festejos de São João, e vemos municípios em estado de emergência, deputada Fabíola Mansur, gastando milhões em festa. Conheço municípios na região em estado de calamidade, gastando dois milhões em festejos de São João. Na minha opinião, um prefeito que gasta um valor desse deveria ser preso.

Há muito tempo os tribunais já deveriam ter regulamentado. Dizem que os Poderes são independentes, mas não vejo independência alguma. Vemos o Judiciário tomando o lugar do Legislativo, até porque parece que os deputados federais são todos frouxos, não têm raça, têm medo de aprovar as leis que devem ser aprovadas neste país, e vemos o Supremo Tribunal Federal ditando as regras. Se o Congresso não legisla, deixa a porta aberta para os ministros do Supremo legislarem.

Não é possível que municípios pobres – não vamos falar do Brasil, vamos falar da Bahia – tenham a coragem, a ousadia e a roubalheira, na maioria das vezes, de contratar um tal de Safadão e pagar R\$ 400 mil, R\$ 500 mil para o cara enrolar com as mesmas músicas, deputado Pedro Tavares.

A mesma coisa, meio milhão de reais, sem contar com os custos indiretos de hospedagem, televisão, camarim. Não importa se é ou não do meu partido, acho errado. Tirando a cidade de Salvador, que é uma capital, e talvez seja investimento, ou uma Feira de Santana, que ainda pode fazer uma festa, mas é uma estupidez na maioria dos municípios ou em sua totalidade, onde tem ruas sem calçar, onde não tem hospital, como falava o deputado Luciano Ribeiro, onde não tem saúde, onde os filhos não podem nem nascer no próprio município, e prefeitos irresponsáveis, com a conivência dos órgãos controladores, gastarem milhões. Sabemos que, como o preço dessas bandas é subjetivo, um cantor, deputado Euclides Fernandes, que pode dar o preço de R\$ 100 mil para tocar numa cidade, amanhã pode cobrar R\$ 200 mil, porque o preço é subjetivo, e a galera aproveita para meter a mão nos recursos públicos, claro que com exceções que temos em todas as áreas. Essa é a minha opinião de tanta coisa que vemos errado.

Vi um colega deputado falar do Fies, um programa espetacular, mas, infelizmente, nos últimos anos, se transformou num negócio. Faculdade aqui no Brasil virou brincadeira. Tem mais faculdades do que barzinhos, deputada Luiza Maia. Para muitas pessoas, nesse programa bem-criado, que não mereciam e não precisavam ter o financiamento, porque o dinheiro sai de algum lugar, era concedido, pois as faculdades também tinham interesse de faturar. Até porque, na maioria delas, quase a totalidade do faturamento era através do governo, através do Fies.

Infelizmente, é a situação do Brasil. Guerra civil instalada, com tanta coisa errada e os homens públicos em Brasília já pensando na eleição de 2018. Falamos na reforma que, mais uma vez, não vai acontecer, a não ser que o Supremo Tribunal, que está legislando, deputado Zé Raimundo, faça a reforma eleitoral. Já que está tomando o lugar dos deputados e legislando, vamos esperar que o Supremo faça a reforma política, tão sonhada e falada em toda eleição e que este país tanto necessita.

Para encerrar, Sr. Presidente, terminamos uma eleição ontem, e já estão todos em campanha novamente. Isso custa milhões. Eu dava uma entrevista há poucos dias na rádio Jacobina, e eu dizia, o cara me perguntava sobre a Lava Jato, que o povão pode desconhecer a Lava Jato, mas todos os políticos sabem que funcionava daquela forma: dinheiro correndo solto para os grandes, porque os pequenos, deputado Luciano... Eu não corro risco de estar na Lava Jato, até porque eu não conhecia Marcelo Odebrecht, se conhecesse eu ia pedir ajuda para a campanha, é natural.

Existe uma diferença grande que a *Globo* não mostra. Vou dar um exemplo: temos em Campo Formoso, minha cidade, a maior fábrica de cimento da Bahia, que é do grupo Camargo Correia, um dos mais envolvidos na maracutaia, junto com a OAS e com a Odebrecht.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou encerrar, Sr. Presidente.

Eu e o deputado Elmar, que também é de lá, pedimos ajuda oficial, através de ofício. Vocês sabem qual foi a ajuda que eu e o deputado Elmar tivemos da Camargo Correia, em Campo Formoso, deputado Luciano? Zero. Porque lá eles só dão, e sempre deram... Desde quando Pedro Alvares Cabral desceu em Porto Seguro funciona dessa forma e vai continuar funcionando, com um pouquinho de cuidado, mas vai continuar funcionando. Não adianta Sérgio Moro, não adianta Teori, lá no Supremo, vai continuar, deputado Pedro, da mesma forma. Claro que quem tem poder, Sr. Presidente, vai continuar tendo ajuda das grandes empresas, a maioria dos políticos, que não têm o poder não vão influenciar em nada e não vão ter ajuda, como sempre foi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra à deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a Dra FABÍOLA MANSUR:- São 6 minutos, deputado Aderbal. O que me traz, aqui, primeiro é falar do lançamento, ontem, do Plano Estadual Mãe Saudável, deputadas, que visa coibir os índices prevalentes de sífilis em gestantes e, por consequência, a transmissão vertical para bebês, a sífilis congênita.

A Bahia tem entre 2 mil, quase 3 mil gestantes, e 1.400 casos de bebês que são infectados muitas vezes por não terem acesso ao pré-natal. O que nos chama atenção é que o município de Salvador... Quando deputados que nos antecederam falaram que a saúde não está bem, deputado Alan Sanches, temos que olhar também a articulação e as responsabilidades de cada um. E no sentido da atenção básica em Salvador, nós temos que sair dos números vergonhosos de 37% de cobertura de atenção à saúde básica, que pode gerar índices de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis, já praticamente sumida das estatísticas, e volta agora, com Salvador tendo mil gestantes com diagnóstico de sífilis e quase 600 bebês, também, infectados.

Sendo que com a sífilis precisamos realizar ações educativas, fazer o diagnóstico com testes que são ofertados pelo Sistema Único de Saúde gratuitamente, podendo evitar consequências drásticas.

Esta deputada não vem aqui para dizer que a saúde está mal no Estado e o Município está bem, ou vice-versa. Temos que ter a responsabilidade de apontar as soluções. Aqui também tivemos a preocupação com o projeto que está tramitando, um projeto de ordem administrativa que visa promover o controle do afastamento do servidor. Isso não significa retirar direitos do servidor, e sim promover o controle. Mas toda Bancada de Governo teve, junto ao Líder Zé Neto, a intenção de garantir que as juntas médicas, ou um projeto de descentralização das juntas médicas, deputado Leur, pudesse ser ofertado em todos os territórios para garantir acesso ao

servidor. Porque, na verdade, o que defendemos aqui é que tenhamos um servidor valorizado, servindo e levando saúde, educação e segurança.

E muitas vezes, aqui, colocamos emendas, deputado Gika, que melhoram projetos vindos do Governo. Este projeto que ora foi mencionado tem, sim, emendas de Bancada, de toda a Base do Governo que diz: ora, o.k. Promover um maior controle de afastamento de servidor, encaminhando-o para junta médica, não é retirar direitos, mas não podemos fazer isso sem antes termos a certeza de que os servidores terão acesso à junta médica.

Não pode ser comparado à retirada de direitos previdenciários e direitos trabalhistas que estão sendo aprovados pelo Congresso Nacional: esperamos que a trabalhista seja barrada no Senado, e que a previdenciária não atinja os votos necessários.

Então precisamos separar aqui, deputado Euclides, o que é defesa, porque aqui toda essa Bancada é incondicional defensora do serviço público e da valorização dos servidores, mas não podemos confundir as coisas. Não podemos aqui, para fazer jogo Estado/Oposição, levar inverdades. O projeto apenas tenta regularizar de forma administrativa esse controle dos atestados médicos, mas nós vamos aqui, também, exigir do Governo que esse controle não possa ser feito sem a presença de juntas médicas nos locais onde esse controle será feito.

Quando falamos de gestão, gestão é isso: é gerar ações que possam trazer economicidade, valorizar servidores, claro, para que possamos também conseguir a valorização através de reajustes e de uma série de medidas. Então não vamos misturar as coisas.

Quero aproveitar aqui e deixar minha mensagem de homenagem ao Dia do Oftalmologista, comemorado no domingo, e dizer que ele que cuida da saúde ocular da população tem seu dia celebrado, exatamente, no Dia Internacional da Saúde Ocular. Como médica oftalmologista há 30 anos, feitos em março de 2017, com muito orgulho, dediquei a minha vida profissional, não só à cirurgia, deputado Pedro Tavares, de catarata, de refrativa, mas a fazer as grandes campanhas de combate às principais causas de cegueira.

Queria ser ativista social antes de ser política, mas sei que ao ser política e trazer leis para esta Casa nós conseguimos atingir milhões com muito mais eficácia se entendermos que saúde também se faz na Assembleia Legislativa, nas Câmaras municipais e federais, porque as leis que aprovamos também visam dar acesso às políticas públicas de saúde e salvaguardar as pessoas.

Então quero aqui saudar os meus colegas médicos, deputado Sandro Régis, V.Ex^a que tem...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para concluir, deputada.

A Sr^a Dra FABÍOLA MANSUR:- (...) Para concluir.

Deputado Sandro Régis, V.Ex^a que tem um carinho muito grande pelos seus oftalmologistas, que levam a melhor visão, deputado Heber. Quero saudar a todos os

meus colegas médicos oftalmologistas, que com muita competência e habilidade dedicam as suas vidas a cuidar da saúde ocular do povo brasileiro, baiano.

Um grande abraço a todos os oftalmologistas do Brasil.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV, para indicar ou falar pelo orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Heber Santana:- Sr. Presidente, falarão o deputado Alan Sanches e o deputado Carlos Geilson, ambos por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 6 minutos, o legítimo representante de Santo Antônio de Jesus.

O Sr. ALAN SANCHES:- Muito obrigado, deputado Sandro Régis, que fica muito bem nessa cadeira, deputado, mas já conversei sobre o que precisa para sentar nesta cadeira, no ano que vem, V.Ex^a sabe do apreço que tenho por V.Ex^a.

Queridos amigos, deputados e deputadas aqui presentes e demais cidadãos que nos acompanham, hoje, subo nesta tribuna de forma até triste. Em Santo Antônio de Jesus, como V.Ex^a, deputado Sandro, chamou bem, existe um hospital que demorou décadas para ser construído, o Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, que inclusive o deputado Hildécio, votado ali na região, conhece bem, assim como o deputado Prisco. O hospital atende também a toda a região. Com 5 anos já de estabelecido, agora venceu o contrato deste hospital de parceria de prestação de serviço com a Sesab.

O que acontece é que foram demitidos este mês 200 funcionários do Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus. Não é mais ou menos, não, foram demitidos 200 funcionários! A desculpa desse hospital é que após essa nova licitação, com a queda do orçamento de 27%, eles tiveram de se adequar. Mas V.Ex^{as}, que são conhecedores da Lei de Licitações, sabem que ali ninguém é obrigado a absorver ou participar de qualquer licitação. Eles participaram dessa licitação sabendo qual era o orçamento que estava sendo colocado para o hospital; mesmo assim, aceitaram, mergulharam no preço para que pudessem ganhar a licitação.

E apenas 1 mês depois de terem ganhado essa licitação, dizem que vão ter de demitir 200 funcionários. A resposta que eles deram é que agiram assim por causa do corte de 27% que a Sesab fez no orçamento. Se eles não podiam manter a qualidade e a quantidade de atendimentos para o cidadão que procura aquele hospital – que não é somente o cidadão de Santo Antônio de Jesus, mas o de todas as cidades da região, como Muniz Ferreira, Nazaré, São Miguel das Matas, Tancredo Neves, Taperoá e Cairu –, não entrassem nessa licitação.

Agora, o que eu não vou permitir, nem esta Casa, nem os vereadores da Casa Legislativa de Santo Antônio de Jesus, é que a qualidade do atendimento naquele

hospital – que já teve certificado de excelência, que outrora já foi referência para a região e também para o estado da Bahia, fazendo diversas cirurgias que resolviam os problemas das pessoas – não seja o adequado. E hoje não se consegue esse atendimento adequado lá.

Repito, se não pode manter o atendimento adequado, tem que entregar o contrato ou, então, deve ir conversar com a Sesab para ver o que vai ser feito. A partir do momento que existe o contrato, nem a Secretaria da Saúde poderá aditar esse contrato, porque qualquer contrato tem de ter 1 ano para ter o aditivo de 25% ou para incrementar algum outro serviço que não estava no contrato. O que nós não podemos permitir é que agora, depois de décadas esperando esse hospital para solucionar os problemas da região e de Santo Antônio de Jesus, queiram fazer comércio com a saúde do cidadão santo-antoniense.

Nós não vamos aceitar! Apresentei uma Moção de Repúdio e estou pedindo aos meus pares que possam colaborar, porque não é admissível que um hospital demita de uma vez só 200 pessoas. São 200 famílias que vão ficar desempregadas exatamente nesta pior situação econômica que o País enfrenta.

Apresentei, então, essa Moção de Repúdio a esse tratamento dado pelo Instituto Fernando Filgueiras, que administra o Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, para que possamos, de alguma forma, barrar. Agora, foram 200 funcionários; amanhã, será o atendimento. O cidadão não está conseguindo realizar a sua cirurgia. Vou lançar o desafio chamando a minha Bancada da Oposição para que possamos, de imediato, fazer uma visita a Santo Antônio de Jesus.

Líder Leur Lomanto, estou aqui solicitando a V.Ex^a que faça essa avaliação junto à nossa Bancada para que façamos uma visita ao Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus, que demitiu 200 pessoas. E as denúncias dos funcionários estão abarrotando o meu gabinete; além de denúncias das pessoas que não conseguem atendimento.

Quero fazer essa visita com a Bancada da Oposição. E também vou solicitar à Comissão de Saúde, da qual sou vice-presidente, para que possamos avaliar *in loco* essa situação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, o rei de Feira de Santana, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Com certeza, não é do gado.

Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero abordar aqui o fim do Campeonato Baiano e dar os parabéns ao Vitória. Como ontem não houve sessão, antes de tudo quero registrar os meus parabéns ao Esporte Clube Vitória pela conquista, mais que justa, mais que merecida, do bicampeonato baiano.

Foi um domingo de alegria, um domingo de glória. A torcida lotou o santuário, o Barradão, foi uma festa muito bonita. “Sou vermelho e preto, sou paixão”. Foi assim muito bonito. Assistimos ao jogo ao lado dos deputados Marcelo Nilo e Tom Araujo. Obviamente, agora a coisa muda de figura: Campeonato Baiano, página virada; vamos disputar o Campeonato Brasileiro, esperando que Bahia e Vitória reforcem as suas equipes porque, pelo que vimos, ambas precisam melhorar, e muito, para que não caiam para a segunda divisão.

Mas, se teve festa no Barradão, do lado de fora foi tristeza. A conquista do Vitória foi empanada por uma nota triste, reflexo da dramática situação vivida pelo povo baiano no campo da segurança pública, ou melhor dizendo, da insegurança pública. Quatro torcedores do Vitória foram baleados quando seguiam para o Estádio Manoel Barradas. (Lê) “Isso mesmo: quatro amantes do futebol, usando camisa rubro-negra, alegres e confiantes no seu time de coração, foram baleados.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, acabaram vítimas de outra contenda que se desenrola em nossa terra: o trágico campeonato de mortes violentas, o campeonato dos assassinatos, o campeonato da violência que toma conta de nosso país e, em especial, do meu querido estado da Bahia, meu caro Bobô.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, uma pesquisa do Instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgada ontem, revela que 35% dos brasileiros já tiveram amigos ou parentes assassinados.

São cerca de 50 milhões de brasileiros maiores de 16 anos que perderam uma pessoa próxima, vítima de homicídio ou latrocínio, que é roubo seguido de morte...”

Lamentável! Lamentável! Cerca de 50 milhões de brasileiros maiores de 16 anos perderam uma pessoa próxima, vítima de homicídio ou latrocínio.

“(...) A pesquisa, minha cara deputada Luiza Costa Maia, mostra ainda que o índice dos que tiveram familiares ou amigos mortos violentamente é maior entre os negros, chega a 38%, enquanto entre os brancos é de 27%.

A pesquisa revela ainda que, entre os próprios entrevistados, 4% foram vítimas de ferimento com armas de fogo, o que representa, na projeção populacional, 5 milhões de indivíduos com mais de 16 anos. As vítimas de facas e outras armas brancas somam 8%, ou 10 milhões de pessoas.

Entre as pessoas que responderam à pesquisa, 94% acreditam que o índice de homicídios no Brasil é muito alto. E de fato o é. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram registradas 58.467 mortes violentas no Brasil em 2015, das quais 6.338 na Bahia. Isso mesmo, mais de 10% das mortes violentas registradas no Brasil em 2015 – último ano com dados disponíveis – ocorreram em nosso Estado.

Só neste fim de semana, entre a sexta-feira e o domingo, ocorreram 23 homicídios e 4 tentativas de homicídio apenas na Grande Salvador, segundo a Secretaria de Segurança Pública.

Senhores deputados, esses números indicam que o Brasil – e a Bahia em particular – está vivendo uma guerra. E nós estamos perdendo essa guerra. O povo

baiano está perdendo essa guerra. E ainda mais grave: nessa guerra, quem mais mortos tem para chorar é o povo pobre da Bahia.”

Lamentável isso. Nós estamos perdendo a guerra. Aqui é uma guerra real, em que se mata muito mais do que na guerra da Síria, do que no bombardeio que aquele país sofre quase que diariamente. Quando somam, o número de mortos vítimas da guerra é muito menor em relação ao número de mortos no estado da Bahia a cada final de semana.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do PT para indicar o orador pelo tempo de até 13 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará a deputada Neusa Cadore pelo tempo de 6 minutos; e o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra a deputada Neusa Cadore pelo tempo de até 6 minutos.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, servidores da Casa, venho a esta tribuna, hoje, com uma alegria muito especial, cumprimentar o município de Pintadas, meu município de 10 mil habitantes, que na data de hoje comemora 32 anos de emancipação política.

Sou testemunha de que Pintadas tem uma história construída com a participação popular, com a solidariedade, com o espírito de cooperação. Um município que, nos últimos 20 anos, foi administrado pelo Partido dos Trabalhadores. Este, por meio da gestão compartilhada que apoiou e se beneficiou também com a participação dos movimentos sociais, construiu naquele município uma série de intervenções que fizeram com que Pintada ganhasse destaque no cenário baiano, apesar de ser um município encravado no Semiárido, com muitas dificuldades.

O nosso município se tornou referência em diversas iniciativas de convivência com o Semiárido e em muitas outras iniciativas no campo da economia solidária e do cooperativismo.

Antes da gestão do PT, deputado Gika, era de 100% o percentual de professores, do quadro do município de Pintadas, sem o ensino superior. E no ano passado chegamos a ter 80% do nosso quadro com graduação, e alguns, nesse processo, graças à luta que levou ao município de Pintadas a possibilidade de sediar o polo da Universidade Aberta. Passaram pelo nosso Polo mais de 500 profissionais, jovens, professores. Um grande benefício para a nossa região do território do Jacuípe. O nosso polo pôde fazer isso com a parceria da UFBA, da UEFS, da Uneb, da Univasf, do IF Baiano e do IFBA.

Então isso nos orgulha muito. Podemos lembrar também de uma das maiores conquistas: o nosso município era isolado, esquecido dos governos antes do PT assumir o Estado, e foi na gestão de Jaques Wagner que conseguimos 44 quilômetros de asfaltamento. Um excelente serviço para o nosso município, que criou ainda condições muito mais objetivas para o seu desenvolvimento. Pintadas foi o município baiano que, já em 2005, universalizou o acesso à água com a construção de cisternas. Naquela época, fizemos isso com várias parcerias internacionais. Pintadas também, com o apoio dos projetos do governo Lula e Dilma, atingiu a marca de 99% de eletrificação no campo. Eu pude ser gestora daquele município e lembro dos duros tempos em que não tive a alegria, deputado Gika, de ver entrar um poste em meu município. E hoje vejo 99% dos domicílios tendo acesso a esta mudança significativa para o desenvolvimento.

Temos a alegria de sediar um dos dois abatedouros de ovinos e caprinos, o nosso gerenciado por uma cooperativa de trabalhadores e que representa um importante equipamento para o desenvolvimento local e regional. Pintadas também é sede do Centro Público de Economia Solidária, lá de Jacuípe, uma política importante do governo estadual, beneficiando toda a região.

Quero também saudar aqui a Companhia de Arte Cênica Reluz, um movimento que foi protagonizado pela nossa juventude local e lá em nosso território, durante os últimos anos, pôde levar adiante uma agenda importante com semanas culturais que chegaram a levar mais de 50 municípios na época em que é realizado esse importante evento regional. São grupos de ponto de cultura, com a escola de cinema – a Pensar Filmes, iniciativas inusitadas para um pequeno município que soube aproveitar muito bem a participação popular, a força da organização de base juntamente com o apoio das políticas governamentais.

Quero dizer que, neste momento, Pintadas vive um novo momento político, e eu lamento muito, porque, a exemplo do que acontece no Brasil, há uma ameaça de corte de direitos em Pintadas. Quero aqui registrar que os professores vêm sendo ameaçados com a negação de direitos historicamente garantidos, a exemplo de um terço de férias, do piso nacional do salário garantido aos professores. Saúdo a luta dos professores de Pintadas que aderiram à greve nacional e que continuam mantendo a tradição de um povo que durante a sua história entendeu a importância da participação popular e da luta.

Parabéns, Pintadas! Que Pintadas continue firme, construindo a sua história. Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com palavra o Líder do PR, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidoras da casa, imprensa, eu fiz questão de me inscrever neste último

momento dos tempos partidários para dizer que amanhã na cidade de Curitiba o nosso ex-presidente Lula será ouvido pelo juiz Sérgio Moro. Esse juiz tomou uma série de medidas midiáticas no sentido de criar um constrangimento para o Partido dos Trabalhadores, para a sociedade que se está deslocando para aquele local para acompanhar de perto o depoimento do ex-presidente Lula. Tomou uma medida, deputado Luciano Ribeiro, de proibir a filmagem de uma sessão que, em tese, é pública. Parece-me que ele deve ter uma vinculação ou já vendeu o horário para a *Rede Globo* de televisão, porque os direitos de transmissão devem estar cedidos à *Rede Globo* de televisão.

Quero parabenizar as pessoas que se deslocam para Curitiba e dizer que devemos fazer uma grande manifestação. Quem não se deslocou ainda, quem tiver oportunidade, vá para acompanhar, porque não podemos mais nos submeter a uma posição ditatorial de um conjunto de indivíduos que diz representar o Poder Judiciário, mas extrapola todas as medidas do Estado de Direito brasileiro.

Mas queria falar, também, deputado Luciano, e vi sua intervenção aqui, sobre um projeto de lei que está tramitando nesta Casa e regulamenta as licenças médicas dos servidores do Estado. Eu estive, junto com a Bancada do PT, com os líderes da Bancada de Governo, durante esses últimos dias. Foi debatido esse tema, e verificamos que não traz nenhum prejuízo para o servidor público a regulamentação dessa questão das licenças médicas.

Muito pelo contrário, deputado Heber, o que traz é a possibilidade de haver um controle maior do ponto de vista da utilização equivocada que está acontecendo, no Estado baiano, com relação à utilização, no embricamento entre servidor e médico. O governo do Estado está tomando medidas, como a definição de equipes para investigar essas situações irregulares, e também as medidas administrativas, inclusive apresentando esses relatórios para o Ministério Público do estado da Bahia.

Por isso, quero dizer, para todos os deputados e para os servidores, que essa medida não restringe os trabalhadores, os servidores, ao atendimento realizado pelos médicos do estado da Bahia, pelos médicos públicos e mesmo pelos médicos particulares.

A medida que estamos propondo, uma emenda, é para que possa ter uma regulamentação a partir da estruturação da junta médica no Estado. Mas, deputado Euclides, deputado e presidente Coronel, percebi, li, que a própria lei que regulamenta as licenças médicas no Estado, no art. 146, § 2º, diz: “Inexistindo médico oficial no local onde se encontra o servidor, será aceito atestado médico por médico particular”. Nenhum servidor terá problema, na sua cidade, para ser atendido nessas condições.

E isso não será modificado, deputado Luciano Ribeiro. O que estamos propondo, o que o governo propõe aqui é uma emenda de relator para melhorar o projeto que veio do Executivo, para que a gente possa evitar que tomem-se medidas contra o Estado baiano. São 5 mil licenças médicas, as quais muitas vezes acontecem de forma descontraída. Alguns servidores apresentam licença médica e trabalham na

iniciativa privada: às vezes estão de licença médica para o serviço público, mas não estão de licença médica para o setor privado.

São essas medidas que o governador Rui Costa...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Permita-me um aparte, deputado Rosemberg?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- (...) quer coibir para que a gente possa, neste momento, ter um estado que está tomando medidas sérias no sentido de se contrapor ao problema econômico por que passa o País.

São medidas como essa que parecem que não reduzem custos, mas reduzem. Parecem pequenos os custos que são reduzidos, mas são grandiosos esses custos para que a gente possa continuar honrando o pagamento, na data correta, dos servidores do Estado. Que a gente possa criar as condições para que todos os trabalhadores e trabalhadoras, servidores do estado da Bahia, recebam corretamente o seu 13º salário, para que a gente não venha cair em situações como a do estado do Rio de Janeiro, que até hoje não pagou aos servidores, que hoje está tendo dificuldades de ter alimentação para os seus alunos.

E nós queremos um Estado tomando medidas como essa, medidas que não prejudiquem os servidores, mas que evitem que alguns servidores que não estão utilizando corretamente o serviço médico possam obviamente estar dentro de uma regulação que iniba a utilização equivocada, seja por parte do servidor, seja por parte do médico, que, equivocadamente, tem trabalhado no sentido de criar situações equivocadas com relação à licença médica.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Comunicação inadiável do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, amanhã vai ser votado na Câmara Federal a PEC que regulamenta a vaquejada, e nós sabemos que esse esporte gera mais de 700 mil empregos diretos e indiretos, que afetam diretamente o Nordeste, uma vez que ele não seja aprovado.

Eu sei que aqui nesta Casa existem vários parlamentares que têm relações pessoais com deputados federais, e eu gostaria de pedir o empenho de todos, no sentido de pedirem o apoio dos deputados federais para que amanhã esta PEC seja aprovada, garantindo a nossa cultura, o nosso esporte e mais de 700 mil empregos diretos e indiretos. Eu faço esse apelo a todos os parlamentares que puderem somar nessa luta pela regulamentação da vaquejada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Gostaria que V.Ex^a verificasse a presença de deputados para a continuidade da presente sessão, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Só para ressaltar um fator importante no que o deputado Rosemberg colocou, que é direito dos trabalhadores, agora legado pelo deputado Luciano, a quem tenho muito respeito...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deputado Zé Neto, um instante, por favor, eu gostaria de comunicar ao deputado Luciano Ribeiro que, fazendo a contabilização pelo Plenário, já existe quórum para a continuidade da presente sessão. Prossiga.

O Sr. Zé Neto:- Então suspendo a questão de ordem.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.189/2017, de autoria do Poder Executivo, que altera o art. 99 e o caput do art. 146, ambos da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

Faltam os Pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Saúde e Saneamento; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, eu não vejo quórum de votação...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) Pediram quórum de continuidade da sessão. Não está em votação ainda.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar a matéria o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, coube a mim relatar esse projeto que acabei, aqui da Tribuna, de fazer a defesa, esse projeto que regulamenta o processo de licenças médicas dos servidores do estado da Bahia. Vou ler o projeto para que os deputados possam entender e, junto com diversos deputados, construir uma emenda, para que possa dar, a todos os deputados, conforto para que nós possamos votar esse projeto com tranquilidade, entendendo que essa emenda tira todas as possibilidades de dúvida com relação a sua regulamentação. Além do mais, o § 2º do art. 146 mantém todas as condições que regem hoje o processo de regulamentação do ponto de vista do atendimento a licenças médicas acima de 15

dias, para licenças médicas acima de 10 dias, dando a mesma condição, a mesma situação.

(Lê) *“Das Comissões de Constituição e Justiça Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Saúde e Saneamento e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 22.189/2017, de autoria do Poder Executivo, o qual “altera o art. 99 e o caput do art. 146, ambos da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.*

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Exm^oSr. Governador do Estado, Rui Costa, projeto de lei propondo alterações na Lei nº 6.677/94, objetivando “promover maior controle sobre os afastamentos para tratamento de saúde dos servidores públicos do Poder Executivo Estadual, pormenorizando afastamentos dentro de um período de 60 (sessenta) dias, bem como possibilitar o adequado acompanhamento dos seus quadros clínicos, de modo que sejam objeto de perícia pela Junta Médica Oficial do Estado”, segundo registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.

A proposta traz nova disciplina no que respeita à licença para tratamento da própria saúde, exigindo-se doravante que o servidor seja submetido a perícia pela Junta Médica Oficial do Estado quando o afastamento por atestado médico se dê por período superior a dez dias contínuos...”

O que já acontece hoje, sendo que o período é de 15 dias.

(Lê) *“(...) ou intercalados na hipótese dos afastamentos ocorrerem dentro do período de sessenta dias. Pela regra anterior o servidor submetia-se à avaliação da Junta Médica quando o afastamento se desse por período superior a quinze dias...”, como acabei de falar.*

(Lê) *“(...) A proposição não recebeu emendas. No entanto, venho, na condição de Relator, objetivando o aperfeiçoamento da proposta, apresentar a seguinte emenda...” Eu queria pedir aos deputados que ouvissem a emenda, para que a gente pudesse ter consistência para votar esse projeto, sem qualquer questionamento.*

(Lê) *“(...) Emenda de Relator*

Acrescente-se o art. 3º ao Projeto de Lei nº 22.189/2017, com a redação a seguir indicada, renumerando-se o atual art. 3º como art. 4º:

“Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei quanto aos aspectos atinentes à implementação da regionalização dos serviços da Junta Médica Oficial do Estado.”

Justificativa: A emenda proposta tem por objetivo de esclarecer que normas complementares à lei garantirão sua fiel execução, já que a lei pode estabelecer regras gerais, sem prever todas as situações que por ela serão abrangidas.

Ante o exposto, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do inquestionável interesse da

Administração de que se reveste, opino pela sua aprovação com a alteração promovida pela Emenda de Relator...”

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu quero falar para os deputados e deputadas aqui presentes que esse projeto em que a sua emenda cria a condição, deputado Euclides, não só de continuar dando as condições para que os servidores possam ser atendidos por uma junta médica...

Deputado, eu estou falando, deputado.

Esse projeto, deputado Prisco, além de regularizar, ou regulamentar, de forma mais concreta o atendimento aos servidores por uma junta médica, cria as condições, nesse projeto e nessa emenda, para que o governo do Estado instrumentalize juntas médicas em cada região, para evitar que os servidores tenham que se deslocar de suas regiões para a cidade de Salvador.

Ou seja, esse projeto, com essa emenda, traz uma nova condição para o servidor, para que o servidor do estado da Bahia que esteja acometido de alguma doença que necessite de um afastamento acima de 10 dias possa ser atendido por uma junta médica próximo à residência dele.

Ainda assim, enquanto essa junta não seja implementada, ele possa, de acordo com o inciso II, do art. 146, utilizar médico, mesmo particular, que tenha relacionamento e convênio com o estado da Bahia. Ou seja, é uma emenda que ajuda ao servidor a ter um atendimento mais próximo à sua residência.

Por isso, Sr. Presidente, opino pela aprovação desse projeto de lei com a emenda apresentada pelo relator após diálogo com diversos colegas da Casa.

(Lê) “(...)É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2017.

Deputado Rosenberg Pinto

Relator”

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Soldado Prisco:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Alan Sanches; depois, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, há alguns dias que estamos esperando esse projeto na Casa. Por não concordar com a forma como foi apresentada, gostaria de solicitar vista ao Projeto, de acordo com o art. 81.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco:- Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, art. 81, § único, também solicito vista ao Projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Deferidos os pedidos de vista dos Srs. Deputados Alan Sanches e Prisco. Os dois têm 48 horas para analisar o Projeto.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, solicitamos a cópia do Projeto para que possamos avaliá-lo concomitantemente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão única e votação os Requerimentos nº 8.901/2017 e 8.902/2017, de procedência dos presidentes estaduais do PT e PCdoB. Falta o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Designo para relatar o deputado Zé Raimundo, pela CCJ.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo, para relatar.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, peço toda a atenção de V.Ex^{as} para este parecer. Trata-se de um requerimento do Tribunal de Justiça da Bahia para processar a deputada Luiza Maia.

Tramitou naquela Casa uma inicial, apreciada pelo relator, que concluiu pela aceitação da inicial para que a deputada Luiza Maia seja processada na forma da lei. Teria um membro do Tribunal de Contas dos Municípios se sentido incomodado com um discurso da deputada. Solicita, portanto, o Tribunal, licença para que ela seja processada.

Trata-se, portanto, de um requerimento do Egrégio Tribunal de Justiça do estado da Bahia, e o Ilmo. Desembargador Eserval Rocha notificou a Presidência desta Casa exatamente para que a Assembleia Legislativa dê licença para que a deputada seja processada.

Portanto, Sr. Presidente, vamos entrar, aqui, numa questão essencial para o Parlamento, que é a validade ou não da imunidade parlamentar. Trata-se, na verdade, de uma ação, de uma queixa-crime porque a deputada teria dito algumas palavras que teriam sensibilizado um membro do Tribunal de Contas, e ele, portanto, a está acusando.

Sr. Presidente, trata-se de uma embasada fundamentação, mas eu queria levantar a essência da legislação em vigor:

(Lê) “(...) Desnecessário dizer que a imunidade parlamentar foi concebida, não como regalia ou privilégio a ser outorgado aos membros do respectivo poder, mas, sim, como garantia absoluta, de tope constitucional, para assegurar a própria independência do Parlamento...”, também como forma de assegurar a soberania do povo, que, ao eleger os seus representantes, espera que o Parlamento garanta a ele toda a liberdade de expressão, de pensamento, e que, portanto, mesmo nos momentos críticos, possa esse parlamentar expressar a sua liberdade.

(Lê) “(...) Por isso, é que, violar a imunidade parlamentar é violentar o próprio poder Legislativo; é comprometer a harmonia e a independência entre os

poderes, para prevalecer a vontade de um em detrimento da representatividade do outro. É colocar mordaca e antolhos no Legislativo, impedindo que exerça uma das suas funções primordiais e da qual se lhe extraiu a própria denominação, qual seja, a capacidade de expressar a vontade dos cidadãos dentro do regime representativo de governo, no âmbito da Democracia.

O Parlamento tem sim o direito de denunciar tudo o que lhe convenha e que entenda justificar a vontade do povo, independentemente de melindrar ou não autoridades no exercício de suas funções.

Ademais, se constitui um dever institucional da Assembleia Legislativa defender seus próprios direitos e prerrogativas, aí inclusas as dos respectivos membros, tal como previsto no art. 41, inciso I, do seu Regimento Interno.

Tem informado a doutrina que desde a idade antiga, junto aos parlamentos romanos, já se concebia embrionariamente a ideia de que aquela instituição merecia ter preservada sua autonomia, diante de investidas dos demais poderes sobre os seus integrantes. Uma vez investidos no mandato representativo, os membros do parlamento já não mais poderiam ser molestados, até mesmo diante da perspectiva do Judiciário deflagrar uma Ação Penal que resultasse na redução do quórum integral da Casa Parlamentar.

Na Idade Média, diante da autoridade potestativa e incondicionada do rei, os membros da Corte que faziam o papel de representantes da sociedade também buscaram proteção com a instituição da imunidade parlamentar, de sorte a garantir a livre expressão deles em face do suserano. Foi com a Magna Carta que a concepção da imunidade parlamentar ganhou formatação, alinhada com o princípio do processo legal...”, lembremos aqui: desde 1215 com a Carta de João Sem-Terra.

(Lê) “(...) No ordenamento jurídico pátrio, durante o reinado de Dom João VI, já se instituiu e fomentava o instituto da imunidade parlamentar, que grassou posteriormente no período da República as diversas Constituições do País, vindo residir, afinal, no art. 53, § 3º da Constituição vigente...”. Vem garantindo na sua vigência, portanto, a defesa da imunidade do Parlamento.

(Lê) “(...) Com a Emenda nº 35/2001, a redação original do art. 53, § 3º da Constituição Federal foi alterada para daí, então, se especificar e delimitar a imunidade parlamentar alinhada a diplomação do respectivo agente político. Mesmo assim é fácil verificar que o legislador constituinte derivado nunca pretendeu abolir a imunidade parlamentar dos membros do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas durante a investidura do agente político no mandato...”

Por isso, senhoras e senhores, na jurisprudência internacional dos países que adotaram constituições liberais e que, a partir daí, escreveram esses princípios em todas as constituições dos tempos modernos, a autonomia do Parlamento e a imunidade de seus membros sempre estiveram garantidas – autonomia e proteção do parlamentar.

(Lê) *“(...) Tem-se como certo que nos processos criminais contra os parlamentares, o instituto da imunidade efetivamente foi assim compreendido e instituído mediante o Decreto de 20 de julho de 1789 da Assembleia Nacional Constituinte Francesa, assegurando ao Tiers Etat o direito segundo o qual “qualquer individuo, organização, tribunal, magistrado ou comissão que durante ou depois das sessões parlamentares ousasse perseguir, investigar, prender ou fazer prender em função de alguma proposta, parecer, ou discurso, proferidas pelo parlamentar no uso de suas atribuições seriam considerados traidores da nação e culpados por crime capital.” Essa regra foi posteriormente guindada ao patamar constitucional com a edição da Constituição Francesa de 3 de setembro de 1791, aí consubstanciada nos arts. 7º e 8º assertivas de que:*

Art. 7º “os representantes da nação são invioláveis, não poderão ser processados, acusados, nem julgados, em tempo algum, pelo que tiverem proferido, escrito ou praticado no exercício de suas funções de representantes”

E mais que:

Art. 8º “Somente poderão ser presos, por fato criminoso, em flagrante delito ou em virtude de mandado de prisão, dando-se ciência imediata ao Corpo Legislativo. O processo somente poderá continuar depois que o Corpo Legislativo houver decidido sobre a procedência da acusação...”

Portanto nesta linha de raciocínio, Sr. Presidente, podemos concluir dizendo que (Lê) *“(...) a imunidade formal é irrenunciável, visto que ela visa, em verdade, proteger o próprio Parlamento, sendo ainda relativa, porque depois de recebida a denúncia o processo apenas fica suspenso enquanto perdurar o mandato. E é exatamente o que ocorre na situação posta, pretendendo a Assembleia apenas e tão somente que suas prerrogativas sejam respeitadas, tendo em vista que a acusada desde o fato que lhe foi imputado integra o seu quórum como um dos seus integrantes...”*

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO: Diante de toda essa perspectiva, o nosso Parecer, Sr. Presidente, opina pela negativa do seguimento da ação penal em tela, negando, portanto, esse requerimento. É o nosso Parecer.

(Lê) *“(...) Não somente a doutrina, mas a jurisprudência, também, compreendeu que a imunidade parlamentar, como fenômeno jurídico do estado democrático de direito, tem como fundamento a proteção do próprio parlamento. É o que se extrai do acórdão oriundo do Pretório Excelso, cuja ementa vai abaixo transcrita:*

STF.

HC 34467 - HABEAS CORPUS

Relator(a): Min. SAMPAIO COSTA

Julgamento: 24/09/1956 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO

Publicação

EMENT VOL-00288-02 PP-00800

Ementa

HABEAS-CORPUS. IMUNIDADES PARLAMENTARES; INSTITUIÇÃO DE ORDEM PÚBLICA E POLITICA; SEU CONCEITO. NÃO SÃO UM PRIVILEGIO PESSOAL DO DEPUTADO OU DO SENADOR; TÃO POUCO UM DIREITO SUBJETIVO, OU MESMO UMA GARANTIA INDIVIDUAL; SÃO ATRIBUTOS INERENTES A FUNÇÃO DO CORPO LEGISLATIVO. INTELIGENCIA DO ART. 45 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OS SUPLENTE DE DEPUTADO OU DE SENADOR NÃO GOZAM DE IMUNIDADES, SALVO QUANDO CONVOCADOS LEGALMENTE E PARA INTEGRAR A CÂMARA PARA A QUAL FORAM ELEITOS. NESTA SITUAÇÃO, DESEMPENHANDO EM SUA PLENITUDE A FUNÇÃO LEGISLATIVA ENTRAM A FRUIR DE TODOS OS DIREITOS, VANTAGENS E PRERROGATIVAS DOS DEMAIS COMPANHEIROS DA CÂMARA A QUE FOREM CHAMADOS. ABERTA A VAGA, E ANTES MESMO DO EMPOSSAMENTO, DESDE QUE INDISCUTIVEL A VOCAÇÃO, APURADA NOS TERMOS DA LEI, AS IMUNIDADES PASSAM A AMPARAR OS SUPLENTE. O FATO DE ESTAR PRONUNCIADO CRIMINALMENTE NÃO PODE OBSTAR A POSSE, DADO QUE NÃO E CASO DE PERDA DE MANDATO. SÓ NOS CASOS EXPRESSAMENTE DECLARADOS NA CONSTITUIÇÃO E QUE O PARLAMENTAR PERDE O SEU MANDATO. SÓ SE ACHA PRESO SEM SER EM FLAGRANTE DELITO DEVE SER SOLTO, POIS SÓ COM LICENCA DE SUA CÂMARA PODE SER PROCESSADO CRIMINALMENTE; E SE PRESO EM FLAGRANTE DE CRIME INAFIANCAVEL, OS AUTOS DEVEM SER REMETIDOS, DENTRO DE 48 HORAS A CÂMARA RESPECTIVA PARA QUE RESOLVA SOBRE A PRISÃO E AUTORIZA, OU NÃO, A FORMAÇÃO DA CULPA. OS MEMBROS DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS TAMBÉM GOZAM DE IMUNIDADE.

HC 34467 -HABEAS CORPUS

Relator(a): Min. SAMPAIO COSTA

Julgamento: 24/09/1956 Órgão Julgador: TRIBUNAL PLENO

Publicação

EMENT VOL-00288-02 PP-00800

Ementa

HABEAS-CORPUS. IMUNIDADES PARLAMENTARES; INSTITUIÇÃO DE ORDEM PÚBLICA E POLITICA; SEU CONCEITO. NÃO SÃO UM PRIVILEGIO PESSOAL DO DEPUTADO OU DO SENADOR; TÃO POUCO UM DIREITO

SUBJETIVO, OU MESMO UMA GARANTIA INDIVIDUAL; SÃO ATRIBUTOS INERENTES A FUNÇÃO DO CORPO LEGISLATIVO. INTELIGENCIA DO ART. 45 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OS SUPLENTE DE DEPUTADO OU DE SENADOR NÃO GOZAM DE IMUNIDADES, SALVO QUANDO CONVOCADOS LEGALMENTE E PARA INTEGRAR A CÂMARA PARA A QUAL FORAM ELEITOS. NESTA SITUAÇÃO, DESEMPENHANDO EM SUA PLENITUDE A FUNÇÃO LEGISLATIVA ENTRAM A FRUIR DE TODOS OS DIREITOS, VANTAGENS E PRERROGATIVAS DOS DEMAIS COMPANHEIROS DA CÂMARA A QUE FOREM CHAMADOS. ABERTA A VAGA, E ANTES MESMO DO EMPOSSAMENTO, DESDE QUE INDISCUTIVEL A VOCAÇÃO, APURADA NOS TERMOS DA LEI, AS IMUNIDADES PASSAM A AMPARAR OS SUPLENTE. O FATO DE ESTAR PRONUNCIADO CRIMINALMENTE NÃO PODE OBSTAR A POSSE, DADO QUE NÃO É CASO DE PERDA DE MANDATO. SÓ NOS CASOS EXPRESSAMENTE DECLARADOS NA CONSTITUIÇÃO E QUE O PARLAMENTAR PERDE O SEU MANDATO. SÓ SE ACHA PRESO SEM SER EM FLAGRANTE DELITO DEVE SER SOLTO, POIS SÓ COM LICENÇA DE SUA CÂMARA PODE SER PROCESSADO CRIMINALMENTE; E SE PRESO EM FLAGRANTE DE CRIME INAFIANCAVEL, OS AUTOS DEVEM SER REMETIDOS, DENTRO DE 48 HORAS A CÂMARA RESPECTIVA PARA QUE RESOLVA SOBRE A PRISÃO E AUTORIZA, OU NÃO, A FORMAÇÃO DA CULPA. OS MEMBROS DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS TAMBÉM GOZAM DE IMUNIDADE.

Pretender que a imunidade parlamentar seja afastada, no caso, é menoscar o instituto, para dizer que o agente político sofrerá as consequências do processo criminal contra ele instaurado, sem qualquer proteção que o ordenamento jurídico lhe atribuiu, num absoluto despreço inclusive a mens legis do art. 53, caput, da CF, e respectivo §3º.

Aí, então, o agente político destinatário da imunidade parlamentar terá sofrido uma capitis diminutio, em face aos demais membros do Poder que integra, com uma redução inominável na sua capacidade de atuação na respectiva Casa Legislativa, diante da ameaça de, a qualquer momento, vir a ser condenado.

Recentemente, a Excelsa Corte, em face do julgamento do Recurso Extraordinário nº 549.560, se debruçou sobre a questão da extensão da prerrogativa de foro para aqueles agentes políticos, ou agentes públicos, detentores de mandatos eletivos ou cargos públicos, fora desses postos, para daí concluir que somente durante o período da investidura e exercício é que a prerrogativa de foro se encontra mantida, perdendo esse direito o agente desinvestido ou aposentado.

A mesma lógica que orienta esse entendimento, data máxima vênica, é aquela que se deverá emprestar à norma do § 3º do art. 53, da Constituição Federal, havendo de se concluir que enquanto mantido no mandato o parlamentar é detentor da imunidade formal aí prevista, desde que o delito a si atribuído fosse de opinião.

Como se vê, diante da perspectiva de um processo criminal célere, com o desfecho já anunciado em desfavor da acusada, não há como se concluir de outra forma que não seja pelo opinativo no sentido de negar o prosseguimento da queixa-crime nº 001096-79.2016.8.05.0000, em trâmite perante o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do estado da Bahia, sob a relatoria do Excelentíssimo Desembargador Eserval Rocha, conforme o art. 53, caput, e §§ 3º, 4º, 5º e 8º da CF, c/c o art. 84, caput, da Constituição do estado da Bahia.

Positivamente, opina-se pela negativa do prosseguimento da Ação Penal em tela.

É o parecer.

Comissão de Constituição e Justiça, em 09 de maio de 2017.

Deputado José Raimundo

Relator.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Encerrada a discussão e votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em discussão e votação os Requerimentos nºs 8.901/2017 e 8.902/2017, com procedência estadual, respectivamente, do PT e do PCdoB. Requerem que seja indeferido o pedido de licença para prosseguimento da queixa-crime tombada sob o nº 0001096-79.2016.8.05.0000.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

Requerimento nº 8.901/2017. **(Publicado no DL em 09/05/2017)**

Requerimento nº 8.902/2017. **(Publicado no DL em 09/05/2017)**

A deputada Luiza Maia fica, com isso, impedida de que esse feito seja prosseguido.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.